



Universidade Federal de Campina Grande  
Centro de Humanidades  
Unidade Acadêmica de Administração e Contabilidade  
Coordenação de Estágio Supervisionado

**TERCEIRO SETOR E COMBATE À FOME:**

Um Estudo Sobre o Programa Mesa Brasil SESC no Município de Campina Grande - PB

CILMARA DE CÁSSIA LOPES SANTOS

Campina Grande – 2016

**CILMARA DE CÁSSIA LOPES SANTOS**

**TERCEIRO SETOR E COMBATE À FOME:**

Um Estudo Sobre o Programa Mesa Brasil SESC no Município de Campina Grande - PB

Relatório de Estágio Supervisionado apresentado ao curso de Bacharelado em Administração da Universidade Federal de Campina Grande, em cumprimento parcial das exigências para obtenção do título de Bacharel em Administração.

Orientador: Darcon Sousa, Dr.

Campina Grande -2016

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL DA UFCG

S237t

Santos, Cilmara de Cássia Lopes.

Terceiro setor e combate à fome : um estudo sobre o Programa Mesa Brasil SESC no município de Campina Grande - PB / Cilmara de Cássia Lopes Santos. – Campina Grande, 2016.

81 f. : il. color.

Relatório de Estágio Supervisionado (Bacharelado em Administração) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2016.

"Orientação: Prof. Dr. Darcon Sousa".

Referências.

1. Terceiro Setor. 2. Associações Voluntárias. 3. Mesa Brasil.  
I. Sousa, Darcon. II. Título.

CDU 658.114.6:316.354(043)

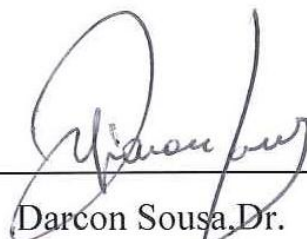
## COMISSÃO DE ESTÁGIO

Membros:

---

Cilmara de Cássia Lopes Santos

**Aluna**



---

Darcon Sousa, Dr.

**Professor Orientador**

---

Kettrin Farias Bem Maracajá, Dra.

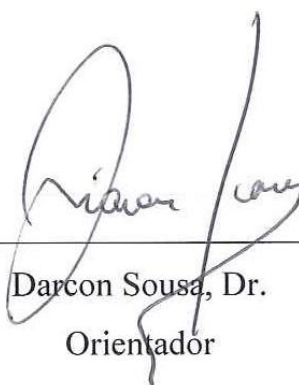
**Coordenadora de Estágio Supervisionado**

**CILMARA DE CÁSSIA LOPES SANTOS**

**TERCEIRO SETOR E COMBATE À FOME:**

Um Estudo Sobre o Programa Mesa Brasil SESC no Município de Campina Grande - PB

Relatório aprovado em \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_



---

Darcon Sousa, Dr.  
Orientador



---

Suzanne Érica Nóbrega Correia, Dr<sup>a</sup>.  
Examinador



---

Elmano Pontes Cavalcanti, Dr.  
Examinador

Campina Grande - 2016

“Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça, porque serão fartos”.

(Mt 5.6)

## AGRADECIMENTOS

Ao meu Deus eterno pelo seu amor incondicional, por sua infinita misericórdia, por me guiar em todos os momentos.

Ao meu pai, Carlos, que admiro por me ensinar o valor das coisas simples, pelo seu exemplo de honestidade e apoio, seu incentivo e confiança.

A minha mãe, Graça, a melhor mãe do mundo, exemplo de vida, de fé, de cumplicidade e positividade, maior incentivadora na minha caminhada.

Ao meu esposo Nildo, a quem amo, por sua dedicação e paciência, por toda ajuda diante das dificuldades, por acreditar que tudo daria certo.

Aos meus filhos, Jhonatan e Larissa, presentes de Deus na minha vida, pela alegria de compartilhar cada dia ao lado de vocês, pelo amor e companheirismo.

Aos meus irmãos, Roberto, Patrícia e Renato, pela força, estímulo e principalmente pelo que representam para mim.

Ao meu avô, João Lopes, por suas orações e afeto, aos tios e primos que estiveram na torcida, em especial a Marialice, Ed'alisson, a amiga Luciene Gomes e Betinho, meu sobrinho.

A minha amiga e irmã, Maria Sousa, que esteve presente em todas as horas, me dando força e fazendo o impossível para que este sonho se tornasse realidade, obrigada por existir na minha vida.

A amiga Ednaíra Ramos, pelo exemplo de determinação, por sua amizade e companheirismo.

A amiga Adriana Moreira, pessoa maravilhosa a quem carinhosamente chamo de filha, por toda contribuição e incentivo.

A amiga Itamira Raquel, que com tanto empenho compartilhou muito de seu conhecimento, que Deus a retribua conforme a grandeza de seu coração.

As amigas inesquecíveis, Emanuely Rodrigues, Priscila Lopes, Raquel Arnoud e Rose Cabral, pessoas incríveis, com quem tive o prazer de aprender muito e que tornaram meus dias bem mais felizes, como também, aos amigos Wellisson Anacleto, Inácio Amaro e aos demais colegas de curso.

A Fabiana Borges e Roberta de Mello, pelas longas caminhadas até o cursinho, pelo companheirismo e apoio.

As amigas que me inspiram como exemplo de amizade e dedicação: Fátima Estrela, Cássia Estrela, Sandra Lira, Fátima Matias, Léa Stevam e Lucelma Gomes, obrigada pelo carinho, vocês são muito especiais.

Aos professores do cursinho Pré Vestibular Solidário, especialmente a Maxwell Rangel e Samelly Xavier, pela dedicação.

A diretoria do SESC, como também ao Gerente da unidade SESC Centro em Campina Grande, na pessoa de Joseilton Adalberto de Souza, por permitir a realização deste trabalho.

A Coordenadora do Programa Mesa Brasil SESC em Campina Grande Socorro Amorim, pelo seu exemplo de profissionalismo, sua colaboração e incentivo.

A nutricionista do Programa Mesa Brasil SESC em Campina Grande Neyla Menezes por sua amizade e apoio.

Aos amigos Paulo José Guimarães, Mirian Silveira, Bruna Gomes, Emerson Ricardo e aos demais que formam a equipe Mesa Brasil, obrigada pela companhia diária, é uma honra trabalhar com vocês.

Aos entrevistados e a todos que contribuíram de alguma forma para a realização deste trabalho.

Ao professor Darcon Sousa, por todo o esforço dedicado aos alunos, pelo acolhimento, paciência e orientação, muito obrigada, que Deus o abençoe infinitamente.

A Adail Marcos pelo empenho em transmitir o conhecimento e por todo incentivo.

A Universidade Federal de Campina Grande e aos professores que fizeram parte desta valiosa jornada.



SANTOS, C. C. L. **TERCEIRO SETOR E COMBATE À FOME:** Um Estudo Sobre o Programa Mesa Brasil SESC no Município de Campina Grande – PB. Relatório de Estágio Supervisionado (Bacharelado em Administração) – Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba, 2016.

## RESUMO

O Terceiro Setor traz na essência a solidariedade, caracterizada nas ações praticadas desde as primeiras organizações da sociedade civil, surgidas em meados do século XVI. As chamadas Associações voluntárias, associavam a ideia de filantropia às práticas da igreja. Ao longo da história se estabeleceu atuando no enfrentamento de problemas sociais e atualmente, observa-se a construção de um espaço não estatal, que combina características públicas e privadas e se apresenta de forma complementar as ações do Estado. Uma das áreas de atuação deste setor, é o combate à fome. Nesta perspectiva, algumas organizações têm se empenhado em intermediar esforços, objetivando solucionar essa questão. Assim como o SESC, que desenvolve um dos maiores Programas de Segurança Alimentar e Nutricional do país, o Mesa Brasil, avaliado nesta pesquisa através da Unidade Campina Grande – PB, atuante desde 2004 no combate à fome e ao desperdício de alimentos, contribui para a promoção da cidadania e a melhoria da qualidade de vida, de pessoas em situação de pobreza. Desta forma, buscou-se conhecer quais são os atores e processos envolvidos no Programa e quais as suas contribuições no sentido de combater a fome neste município. Nesse contexto, os objetivos específicos foram identificar os doadores de alimentos, os fornecedores de alimentos provenientes do PAA, as instituições cadastradas e o perfil dos beneficiários, observando também as dificuldades enfrentadas para o funcionamento do Programa. Como instrumentos de coleta de dados, foram utilizados: a observação, a análise documental, entrevistas e a aplicação de questionários. A pesquisa atingiu os objetivos propostos, mostrando a evolução do Programa, que se estabeleceu na construção de um espaço genuíno de solidariedade, alcançando resultados expressivos na cidade, doando ao longo de seus 12 anos o total de 7.011.961 kg de alimentos, não se limitando apenas a doação, mas também, em transmitir conhecimentos e incentivar a ação solidária educativa.

**Palavras chave:** Associações voluntárias, Mesa Brasil, Terceiro Setor.

SANTOS, C. C. L. **TERCER SECTOR Y COMBATE AL HAMBRE: UN ESTUDIO SOBRE EL PROGRAMA MESA BRASIL SESC EN EL MUNICIPIO DE CAMPINA GRANDE - PB** Relatório de Estágio Supervisionado (Bacharelado em Administração) – Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba, 2016.

## RESUMEN

El Tercer Sector trae en la esencia la solidaridad, caracterizada en las acciones practicadas desde las primeras organizaciones de la sociedad civil, surgidas por el siglo XVI. Las llamadas Asociaciones voluntarias, asociaban a la idea de filantropía a las prácticas de la iglesia. A lo largo de la historia se estableció actuando en el enfrentamiento de problemas sociales y actualmente, se observa la construcción de un espacio no estatal, que combina características públicas y privadas y se presenta de forma complementar las acciones del Estado. Una de las áreas de actuación de este sector, es el combate al hambre. En esta perspectiva, algunas organizaciones se han dedicado en intermediar esfuerzos, objetivando solucionar esa cuestión. Así como el SESC, que desarrolla uno de los mayores Programas de Seguridad Alimentaria y Nutricional del país, el Mesa Brasil, evaluado en esta investigación a través de la Unidad Campina Grande – PB, actuante desde 2004 en el combate al hambre y al desperdicio de alimentos, contribuye para la promoción de la ciudadanía y la mejoría de la calidad de vida de personas en situación de pobreza. De esta forma, se buscó conocer cuales son los actores y procesos involucrados en el Programa y sus contribuciones en el sentido de combatir el hambre en este municipio. En este contexto, los objetivos específicos fueron identificar los dadores de alimentos, los proveedores de alimentos provenientes del PAA, las instituciones cadastradas y el perfil de los beneficiarios, observando también las dificultades enfrentadas para el funcionamiento del Programa. Como instrumentos de coleta de datos, fueron utilizados: la observación, el análisis documental, encuestas y la aplicación de cuestionarios. La investigación logró los objetivos propuestos, enseñando la evolución del Programa, que se estableció en la construcción de un espacio genuino de solidaridad, alcanzando resultados expresivos en la ciudad, donando al largo de sus 12 años el total de 7.011.961 kg de alimentos, no limitándose solamente a la donación, pero también, en transmitir conocimientos e incentivar la acción solidaria educativa.

**Palabras llave:** Asociaciones voluntarias, Mesa Brasil, Tercer Sector.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Queda da fome no mundo entre 2002 e 2014.....	35
Figura 2: Cadastro de Família.....	49
Figura 3: Visita aos agricultores da Assoc. Chã de Barra.....	78
Figura 4: Visita aos agricultores da Assoc. Chã de Barra.....	78
Figura 5: Visita aos agricultores da Assoc. Chã de Barra.....	78
Figura 6: Visita aos agricultores da Assoc. Chã de Barra.....	78
Figura 7: Associação Chã de Barra.....	78
Figura 8: Cisterna fotografada durante a visita aos agricultores da Assoc. Chã de Barra..	78
Figura 9: Recebimento dos produtos da Comunidade Negra do Camará – ACONCA.....	79
Figura 10: Recebimento dos produtos da Comunidade Negra do Camará – ACONCA.....	79
Figura 11: Laranja proveniente do PAA.....	79
Figura 12: Galpão da EMPASA.....	79
Figura 13: Reunião com os gestores das Instituições.....	79
Figura 14: Oficina (Geração de Renda).....	79
Figura 15: Fidelização de doadores.....	80
Figura 16: Oficina (Geração de renda).....	80
Figura 17: Visita aos doadores da EMPASA.....	80
Figura 18: Galpão da EMPASA.....	80
Figura 19: Oficina de Aproveitamento Integral dos Alimentos.....	80
Figura 20: Visita aos doadores da EMPASA.....	80
Figura 21: Palestra de Nutrição.....	80
Figura 22: Reunião do Projeto Redes.....	80
Figura 23: Abertura do IV Seminário Mesa Brasil.....	81
Figura 24: Seminário Mesa Brasil – CG.....	81
Figura 25: Equipe Mesa Brasil em 2015.....	81
Figura 26: SESC Centro em Campina Grande – PB.....	81
Figura 27: Mesa Brasil.....	81
Figura 28: SESC.....	81

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Atributos do espaço público não estatal.....	26-27
Quadro 2: As Associações e Sociedades e as Fundações.....	28
Quadro 3: Fatos históricos relacionados à fome no Brasil.....	30-31
Quadro 4: Levantamento realizado junto aos agricultores participantes do PAA.....	75-78

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABONG: Associação Brasileira das Organizações Não Governamentais

ACONCA: Comunidade Negra do Camará

CADÚNICO: Cadastro Único Para Programas Sociais

CDO: Companhia de Obras do Brasil

CEASA: Centro Econômico de Abastecimento Sociedade Anônima

CIDAGRO: Comércio e representações de Insumos Agrícolas Ltda

CMAS: Conselho Municipal de Assistência Social

CNSS: Conselho Nacional de Serviço Social

CONAB: Companhia Nacional de Abastecimento

CONSEA: Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

CPR – DOAÇÃO: Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea

EMATER: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMPASA: Empresa Paraibana de Abastecimento e Serviços Agrícolas

FAO: Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEA: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

MDA: Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDS: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

ODS: Objetivo de Desenvolvimento Sustentável

ONG'S: Organizações Não Governamentais

ONU: Organização das Nações Unidas

PAA: Programa de Aquisição de Alimentos

PIDESC: Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais

PMBS – CG: Programa Mesa Brasil SESC – Campina Grande

PNAE: Programa Nacional de Alimentação Escolar

SAGI: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação

SAPS: Serviço de Alimentação da Previdência Social

SEDAP: Secretaria do Estado do Desenvolvimento da Agricultura e da Pesca

SESC: Serviço Social do Comércio

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1: INTRODUÇÃO.....</b>	<b>15</b>
<b>CAPÍTULO 2: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....</b>	<b>20</b>
2.1 Histórico, conceitos e características do Terceiro Setor.....	20
2.2 A Fome no Brasil.....	31
<b>CAPÍTULO 3: ASPECTOS METODOLÓGICOS.....</b>	<b>37</b>
3.1 Caracterização da Pesquisa.....	38
3.2 Unidade de Análise, sujeitos da Pesquisa e Instrumentos de coleta de dados.....	38
<b>CAPÍTULO 4: APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS.....</b>	<b>41</b>
4.1 O SESC e o Programa Mesa Brasil.....	42
4.2 O Programa de Aquisição de Alimentos – PAA.....	44
4.3 Doadores da EMPASA.....	48
4.4 Doações dos Setores do SESC, Supermercados e Eventuais.....	49
4.5 Documentação exigida para inserção no PMBS – CG.....	50
4.6 Principais Ações do PMBS - CG.....	56
4.7 Depoimento de Beneficiários.....	61
4.8 Dificuldades existentes para o funcionamento do Programa.....	63
<b>CAPÍTULO 5: CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>64</b>
REFERÊNCIAS.....	67
APENDICES.....	72

**CAPÍTULO 1:**  
**INTRODUÇÃO**

---

## 1 Introdução

Diante da complexidade e dos desafios enfrentados pelo Estado para assegurar os direitos previstos na Constituição Federal, assim como o direito à alimentação, fundamental para todo cidadão, revela-se a necessidade de redefinir suas funções e compartilhar a realização de políticas públicas com outros agentes cuja proposta é a solidariedade, em contraposição ao poder e ao lucro. Desta forma, surge o terceiro setor, agente participante das ações públicas, com o papel de suprir as necessidades da sociedade que nem o Estado enquanto primeiro setor e nem o Mercado enquanto segundo, conseguem atender. Seu conceito é polêmico por agregar diversas iniciativas na promoção de bens e serviços.

O terceiro setor, basicamente as Associações sem fins lucrativos e as Fundações Privadas, representam a ligação entre esses dois campos; Estado e mercado e tem contemplado a proliferação do número de organizações, atuantes em vários segmentos de ação, afinidade, funções, projetos, como por exemplo: ações que promovem saúde, educação e cultura. Segundo pesquisa publicada em 2002, pelo IPEA (Instituto de pesquisas Econômicas Aplicadas) e IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), o número de entidades sem fins lucrativos atuantes no país neste ano, representava aproximadamente 276 mil, em 2010 segundo dados do IBGE e ABONG (2010) eram 290,7 mil e continuou a crescer. Nesse contexto, o papel dessas entidades se torna cada vez mais relevante no cenário brasileiro, principalmente a partir do século XX, quando se consolidou como alternativa eficiente na prestação de serviços públicos, agindo de maneira complementar ao Estado.

Quanto à participação nos destinos da sociedade, o setor em questão contribui para a promoção da cidadania, com o desenvolvimento de atividades do interesse público e a prestação de serviços à população carente. Deste modo, uma das áreas possíveis de atendimento do terceiro setor é o combate à fome e ao desperdício de alimentos. No mundo, segundo dados divulgados pela FAO (Organização das nações unidas para a alimentação e a agricultura), publicados em 2015, estima-se que aproximadamente 795 milhões de pessoas sofrem de fome. No Brasil, segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) em 2014, eram aproximadamente 7,2 milhões. O país está entre os que alcançam os maiores índices de desigualdade social.



Neste sentido, algumas organizações têm se voltado para intermediar esforços direcionados ao enfrentamento desta questão. É o caso de entidades do Serviço Social Autônomo que atuam no auxílio, capacitação e fomento de categorias profissionais, o denominado "Sistema S", do qual o SESC faz parte.

O Serviço Social do Comércio – SESC, integrante do terceiro setor, desempenha atividades nas mais diversas áreas, assim como na assistência, com finalidade de promover o bem-estar social, através do desenvolvimento cultural e melhoria da qualidade de vida aos trabalhadores das empresas do comércio e seus dependentes, como também, a toda comunidade. Desenvolve um Programa de Segurança Alimentar e Nutricional; o Mesa Brasil SESC, com atuação em todo o país desde 2002, cuja missão é contribuir para segurança alimentar dos indivíduos em situação vulnerável e atuar na redução do desperdício, mediante a doação de alimentos, no desenvolvimento de ações educativas, como também na promoção da solidariedade.

Assim, o mesmo é referência nacional em suas práticas sociais, faz a ponte entre doadores e receptores, melhorando a qualidade de vida de milhares de pessoas. Sua ação consiste em arrecadar alimentos excedentes, impróprios para a comercialização, mas ainda apropriados para o consumo e direcioná-los às instituições sociais cadastradas. Além da distribuição destes, promove ações educativas que incentivam a participação e o desenvolvimento comunitário, oferece palestras nas áreas de Serviço Social e Nutrição, e promove oficinas de aproveitamento integral dos alimentos, deixando clara a sua perspectiva educacional.

No município de Campina Grande, o programa foi iniciado em 2004, desde então, atua maximizando esforços para combater à fome e o desperdício de alimentos. Para que iniciativas como estas tenham resultados eficientes, é preciso contar com a ajuda de parceiros fundamentais; os doadores, que possibilitam as ações de solidariedade. Na cidade, recebe o apoio dos permissionários da EMPASA, assim como, das parcerias com supermercados e ainda com o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, gerido pela CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento) realizado nacionalmente, com o apoio do Programa Mesa Brasil, onde o SESC é parceiro receptor dos produtos adquiridos e também legalmente responsável pelo recebimento e distribuição dos mesmos às entidades cadastradas.

Diante do cenário apresentado, esta pesquisa buscou responder: **Quais são os atores e processos envolvidos no programa e quais as suas contribuições no sentido de**

**combater a fome no município de Campina Grande?** O presente estudo teve como objetivo geral descrever as ações do Programa Mesa Brasil SESC - Campina Grande e avaliar a sua importância para os atores sociais participantes.

Os objetivos específicos foram:

- Identificar os doadores de alimentos;
- Identificar os fornecedores dos produtos provenientes do PAA;
- Apontar as instituições cadastradas no Programa;
- Conhecer as dificuldades existentes para o funcionamento do programa.

Diante da relevância do tema, a pesquisa justifica-se na busca de uma maior compreensão dos processos realizados pelo Programa, contribuindo para uma reflexão sobre o combate à fome na cidade, agregando informações importantes sobre o contexto em que o mesmo está inserido e comprovando a importância de suas ações.

Atingidos os objetivos, esta pesquisa encontra-se dividida em cinco Capítulos, organizados da seguinte forma: o Capítulo 1 compreende a Introdução, apresentando o contexto no qual o tema está inserido. O Capítulo 2 abrange a Fundamentação Teórica, identificando as bases teóricas relacionadas ao Terceiro Setor, como também, no que se refere à Fome no Brasil. O Capítulo 3 trata de Aspectos Metodológicos, abordando a caracterização, bem como as técnicas e os instrumentos de pesquisa utilizados. O Capítulo 4 mostra a apresentação e análise dos resultados do Estudo de Caso, da aplicação de técnicas referentes a pesquisa e suas conclusões. O Capítulo 5 aborda as considerações finais em que são apresentadas as conclusões gerais do trabalho realizado.

**CAPÍTULO 2:**  
**FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

---

## 2.1 Histórico, conceitos e características do Terceiro Setor

Na origem das organizações do Terceiro Setor no Brasil estão contidos os princípios de filantropia e caridade religiosa caracterizados nas ações das primeiras organizações da sociedade civil, as Santas Casas de Misericórdia que remontam ao século XVI. Segundo Carvalho (2006), existem quatro momentos que marcam a trajetória deste setor. O primeiro instante estaria situado entre a colonização até meados do século XX, por nele encontrar-se as práticas de assistência social, saúde e educação realizadas pela Igreja Católica, delineando este primeiro instante da evolução. Tais ações refletiam os valores de caridade cristã e eram formadas por asilos, orfanatos, Santas Casas de Misericórdia e colégios católicos, chamadas de Associações voluntárias, aproximando a noção de filantropia aos preceitos da Igreja (CARVALHO, 2006).

O segundo momento descrito pela autora refere-se ao governo de Getúlio Vargas, que apoiado por organizações sem fins lucrativos na execução de políticas públicas, atribuem ao estado o papel de formulador, como também, gestor destas políticas. Neste contexto, em 1935 a lei que declara a utilidade pública para estas entidades é promulgada. Logo depois, em 1938, é criado o Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS) que estabeleceu o acesso aos subsídios governamentais, às instituições nele inscritas. Neste momento, a Igreja recebia em alguns casos financiamentos do governo para manter suas obras e continuava a exercer um importante papel diante dos serviços sociais prestados (CARVALHO, 2006).

O terceiro instante considerado como um marco histórico ocorreu durante o regime militar, caracterizado por uma grande mobilização da sociedade, onde organizações vistas como de caráter filantrópico e assistencial se uniram às organizações comunitárias, como também, aos denominados movimentos sociais, para declarar os problemas sociais. Neste período surgiram as organizações sem fins lucrativos relacionadas à contestação política e à mobilização social. O quarto marco ocorreu a partir de 1980, através da redução da intervenção do Estado nas questões sociais, assim como, com a redemocratização do País e a queda do modelo intervencionista do Estado. A cidadania e os direitos fundamentais passam a ser o foco das organizações sem fins lucrativos (CARVALHO, 2006).

A atuação do poder público na área social, desde a época colonial até 1930, era pontual, estava basicamente resumida a atendimentos emergenciais. Nesta época, as ações sociais buscavam atender os mais carentes baseando-se no modelo instituído pelas Casas

de Misericórdia portuguesas, que praticavam a caridade, entendendo que esta era sua responsabilidade enquanto sociedade, mediante a criação de asilos, educandários, fruto muitas vezes, da iniciativa de homens ricos ao destinar suas doações (CABRAL, 2015). Segundo Landim (1993 apud Cabral, 2015), a organização de fundamento religioso proporcionou a igreja aproximar-se das estruturas do governo civil, de modo a confundir-se com ele, nos propósitos e nas ações.

A atenção do Estado estava na força de trabalho empregada formalmente, uma vez que, estava submetida à legislação previdenciária. O trabalho informal contava com a filantropia onde a igreja possuía aproximação do setor público no campo social, recebia através de instituições por ela controladas, os financiamentos relativos ao Estado para manter suas obras (CABRAL, 2015).

Para Oliveira (2005), durante o governo de Getúlio Vargas, período entre 1930 a 1945, a administração pública buscou atender as demandas da sociedade, a partir do estabelecimento de direitos mínimos aos trabalhadores urbanos: sistema de ensino público; sufrágio universal; criação do sistema nacional de aprendizagem (SENAI – Serviço Nacional da Indústria; SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial), entre outros benefícios. Essa nova direção do Estado incrementa a filantropia no Brasil, uma vez que a legislação passa a interferir de forma direta nas maneiras de apoio, criando-se políticas com o fim de regularizar a prática da ação social (OLIVEIRA, 2005).

A modernização tecnológica que teve início em 1970, na qual os recursos humanos foram formados pela escola pública (durante a era Vargas) é classificada enquanto movimento de consolidação do capitalismo no Brasil, que se desenvolveu de forma acelerada, tornando o país parceiro periférico dos países centrais. Durante este período o sistema de proteção social no Brasil se consolida, alcança a integração nacional e expansão massiva, através de programas de reorganização da máquina pública, centralizando, modernizando critérios. Ainda assim, o sistema abalou-se com os impactos da crise econômica, como também, pela sua incapacidade de cumprir às complexas demandas que foram ampliadas com o início de movimentos sociais que defendiam direitos (CABRAL, 2015).

Cabral (2015), afirma que no Brasil, a proteção social não foi estruturada baseada em políticas econômicas de emprego, em decisões que definissem capacidade estatal de financiamento do desenvolvimento, ou em formas universais, que promovessem garantias sociais como direito político. Mostram-se sob as marcas da seletividade nos gastos sociais,

no plano de beneficiários e de serviços, da heterogeneidade no plano de benefícios e da fragmentação no plano institucional e financeiro. Segundo a autora, tais características possibilitam estimar o regime brasileiro de proteção social de acordo com a composição entre perfis da classificação de Esping-Andersen (1991, p. 108), em que revela de um lado o comportamento corporativo, que tende ao modelo conservador, indicando seguridade, tomando como base o princípio da subsidiariedade; e de outro, um simples conjunto de benefícios, com tendência ao modelo liberal e incentiva os esquemas privados de previdência; por fim revelam-se as características não contributivas e universalizantes direcionadas à política de saúde e educação, baseado no modelo social democrata. Desta forma, a expansão do regime de proteção social no Brasil ocorre sob governos autoritários que procuram atender a setores corporativos e organizados através da extensão de serviços e benefícios sociais, buscando legitimar-se (CABRAL, 2015).

No contexto das grandes dificuldades enfrentadas pelo Estado, principalmente no que diz respeito ao sistema político brasileiro, ao perceber o crescimento do terceiro setor exercendo aquele que era o seu papel, revela-se a importância da transformação que o atinge, dentre as mudanças ocorridas após o início do século XXI (DIAS, 2012). Segundo o autor, ao colocar em crise o Estado de bem-estar social e seus problemas, citando como exemplo o aumento da miséria e do desemprego, a globalização faz retornar o debate da ação social do Estado, assim como, da integração da sociedade nessa ação. Para Dias (2012), o mesmo precisou redefinir suas funções e compartilhar a realização de políticas públicas com outros agentes. Este fator tem despertado a atenção para a realização de estudos capazes de solucionar questões fundamentais, assim como, assegurar o cumprimento dos direitos sociais, previstos na Constituição Federal de 1988. Para Fernandes (1994) não existe uma tentativa de substituir as ações do Estado, a ideia é que seja complementar, neste sentido o terceiro setor é visto como consequência da insuficiência e das limitações enfrentadas pelo mercado.

Ainda segundo Dias (2012), ao tratar o fenômeno de reestruturação das funções do Estado, é conveniente abordar a constituição de um espaço público não estatal, cujo desenvolvimento e crescimento, motivam-se nas dificuldades enfrentadas pelo poder público, que percebe esvaziada a sua capacidade de arrecadação, entre outras causas, pelas frequentes mudanças que ocorrem no capital financeiro e também pelas crescentes e complexas demandas da sociedade, que passa a valorizar aspectos como lazer, turismo, anteriormente considerados de segundo plano, o que gera a expectativa em melhorar a

qualidade de vida. Isto contribui para a participação do cidadão comum, bem como, para o seu envolvimento nas atividades prestadas pelo novo setor, cujas áreas de serviço são as mais diversas.

Dentro de uma ótica que prioriza a construção contemporânea do Estado, espaço de configuração dos conflitos de interesses corporativos e de luta política pela democraticidade, em 1999, Sousa Santos já considerava o surgimento de uma nova forma de organização política, sendo esta mais ampla que o Estado, constituindo um conjunto híbrido de fluxos, redes e organizações combinando elementos estatais e não estatais, sendo o estado o articulador (1999, Sousa Santos apud Cabral, 2015).

Dessa forma, as relações existentes entre os três setores passam por uma reestruturação, onde o papel social do Estado continuará sendo exercido, embora apresentando um novo conteúdo (DIAS, 2012). Segundo o autor, ao invés de evidenciar o poder ou o lucro, valores predominantes no setor público e privado, a solidariedade surge em contraposição aos mesmos, revelando seu caráter participativo e gratuito.

O chamado “terceiro setor” não foi criado pelo Estado, mas há toda uma construção histórico-política que vem determinando esse tipo de organização, paraestatal, o que não equivale dizer que são organizações contrárias às ações do Estado ou em oposição a ele. Porém a busca da legitimidade estatal (antes alcançada com políticas sociais e outras ações) compreende também a manutenção da ordem. Assim o Estado que não é um árbitro neutro, acima dos desejos e vontades das classes, mas de membros delas, busca, por meio das chamadas “parcerias”, articular-se com as instituições do chamado “terceiro setor” (ANDRADE, 2015, p.24).

Segundo Sousa Santos (1999) o Terceiro Setor surge da combinação de características dos setores público e privado. A ação coletiva une o Terceiro Setor ao segundo, privado, mesmo movido pelo lucro, diferente do primeiro, em que a ajuda mútua e a cooperação são os fatores motivacionais. Nisto revela a eficiência gerencial, parecida com a do setor privado capitalista, e o fato de não objetivar o lucro e possuir orientação diferente deste, considerando tanto quem presta o serviço, como também, quem contribui ou recebe, deixa claro que a distribuição de recursos consiste de valores humanos diferentes dos valores de capital, e todos os aspectos aproximam o terceiro do primeiro setor, público estatal, desta forma o Terceiro Setor é usualmente associado a virtude de conciliar a eficiência com a equidade (SOUSA SANTOS, 1999).

Para Dias (2012), este setor desenvolve uma administração articulada, com foco na solidariedade, onde a eficácia e a eficiência da empresa privada, estão disponíveis ao

atendimento de necessidades humanas, com maior transparência na utilização dos recursos e submetidas à fiscalização da sociedade civil. Expressa ainda, a cidadania de forma individual ou coletiva, além de promover a participação para a satisfação de necessidades da sociedade e praticar o bem sem esperar favor em troca. Sua participação no desenvolvimento das atividades de interesse público, como também na prestação de serviços a população carente apresenta números relevantes, como mostram os dados divulgados pela pesquisa FASFIL (Fundações e Associações Privadas sem Fins Lucrativos) no Brasil, lançada em dezembro de 2012. O estudo mostra que em 2010 havia 290,7 mil Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil, às quais, voltadas a aspectos predominantes como religião (28,5%), associações patronais e profissionais (15,5%) como também ao desenvolvimento e defesa de direitos (14,6%). As áreas de saúde, educação, pesquisa e assistência social (políticas governamentais) totalizavam 54,1 mil entidades (18,6%). Segundo Andrade (2015, p. 26):

O Estado busca de várias formas, obter consenso junto à população e às entidades representativas, principalmente trabalhando com a lógica da institucionalização e burocratização das entidades. A autodesresponsabilização diante das expressões da questão social cria um novo padrão de resposta ou gestão da questão social por parte do Estado capitalista, caracterizado como um modelo de gestão social em que o Estado se afasta da execução direta e desenvolve parcerias com as organizações sociais para realização de ações sociais.

Fernandes (1995), afirma que o terceiro setor além de um conceito é também uma expressão de linguagem entre outras, no âmbito da conversação ou mesmo, do discurso quando através do texto tiver o seu sentido reconhecido. Para Cardoso (2000), diversos termos caracterizam este espaço que não é Estado, nem Mercado e que visa o interesse público: iniciativas sem fins lucrativos, filantrópicas, voluntárias. É um campo marcado por uma diversidade de atores, assim como, formas de organização.

De acordo com Albuquerque (2006), as organizações da sociedade civil são vistas como instituições diferentes do Estado, mesmo que promovam direitos coletivos e do mercado. O autor concorda com Fernandes ao considerar que tais organizações têm características comuns. Segundo Fernandes (2000), diante dos variados componentes deste setor, existem quatro razões principais, que revela o sentido de agrupá-los sob um mesmo nome: a primeira delas é fazer contraponto às ações de governo, por destacar que os bens e serviços públicos são resultado não só da atuação do Estado, mas também de multiplicáveis iniciativas particulares. Como exemplo, está a assistência social, educação,



saúde, entre outras, tratando-as por um único nome, obtém-se uma ideia maior de sua escala.

A segunda razão faz contraponto às ações do Mercado, oportuniza o interesse coletivo para a iniciativa individual, uma vez que, as pessoas sempre foram chamadas de alguma forma a contribuir para o bem comum. De maneira tradicional, esse convite era realizado pelas instituições religiosas, que assumiam a tarefa de transformar apoios recebidos em serviços. O autor acrescenta; outra forma que atraiu contribuições voluntárias foi a disputa eleitoral, quer pela militância individual ou pela doação de recursos, nestes casos a participação individual se cumpriu pela mediação de grandes instituições (a Igreja e o Estado), as quais instituíaam os sentidos e interesses coletivos (FERNANDES, 2000).

A terceira razão se caracteriza em emprestar um sentido maior aos elementos que o compõem, modifica os termos da oposição central do período anterior (Estado x mercado), destacando o valor político e econômico das ações voluntárias, sem fins lucrativos. Dignifica iniciativas não mais utilizadas como as que demonstram valores da caridade. Em um ambiente competitivo, expressões de solidariedade e amor despertam a opinião pública, desta forma renovam o gosto pela sociabilidade. A participação cidadã ganha reconhecimento e torna-se necessária à consolidação das instituições. Atribui um sentido fundamental ao grupo de iniciativas que compõem o terceiro setor, comensurável ao que antes era atribuído ao Estado e ao mercado (FERNANDES, 2000).

Como a quarta razão, o autor considera que o terceiro setor projeta uma visão integradora da vida pública, revela que existe um primeiro e um segundo setor, por isso, chama-se terceiro e enfatiza a complementaridade situada entre as ações públicas e privadas. O sistema legal, instituído e mantido pelo Estado, torna claros os limites das ações voluntárias consideradas legítimas (FERNANDES, 2000).

Segundo Fernandes (2000), o terceiro setor não pode regulamentar-se, uma vez constituído pela multiplicidade dos indivíduos, instituições, precisa de mecanismos que o represente. É através da representação política que a autoridade legal se faz valer, agindo para os objetivos coletivos, portanto, interessa ao terceiro setor que o Estado seja eficaz na execução dos serviços públicos. Cita ainda, que sem a presença do mercado este setor não teria as características que lhe valem o nome, visto que, não possui fins lucrativos pela existência do lucro em outro plano. Isto implica que se não houvesse a autonomia do mercado, também não haveria a autonomia das organizações sem fins lucrativos. Nesse contexto a propriedade privada torna-se fundamental para sustentação da autonomia da

sociedade civil ante o Estado, assim como, a dinâmica das organizações sem fins lucrativos complementa a do mercado (FERNANDES, 2000).

Para Cardoso (2000), a relação de complementaridade proposta entre os três setores, poderá dar-se ou não, sua eficácia dependerá de múltiplos fatores, como por exemplo, a própria crença na integração, de que seja possível como também desejável. Segundo a autora, o terceiro setor se insere na realidade social como um espaço de participação onde é possível experimentar novas formas de pensar e agir, de forma que, esta afirmação denota o romper a dicotomia entre público e privado, onde público significa estatal e privado empresarial. Afirma ainda que este novo setor surge numa esfera pública não estatal e desenvolve iniciativas privadas com sentido público, o que o torna complexo e enriquece a dinâmica social.

Na concepção de Cardoso (2000), faz-se necessário lembrar de que na década de 80, as Ong's articularam recursos e experiências na base da sociedade, tornaram-se notórias enquanto espaços de participação cidadã e no que diz respeito à mobilização de recursos humanos e materiais, para enfrentar desafios como exclusão social, combate à pobreza e desigualdade. Por volta dos anos 2000, foi percebida a abrangência deste, que inclui instituições filantrópicas atuantes na prestação de serviços, nas mais diversas áreas e engloba organizações, cujas ações são voltadas para a defesa de direitos públicos, específicos da população, como mulheres, povos indígenas, ou ainda, direitos relacionados à proteção do meio ambiente, incentivo ao esporte, promoção da cultura e do lazer. Enfim, oportuniza diversas experiências de trabalho voluntário, baseados na solidariedade, através da doação de tempo, trabalho, entre outros fatores, para causas sociais (CARDOSO, 2000).

De acordo com Cabral (2015), da combinação dos três setores e suas ligações lógicas, como também, suas diferentes e específicas racionalidades no que se refere à proteção social, deriva o misto de ações, pressões e políticas que formam as garantias sociais e tornam real a proteção. Para a autora, o terceiro setor promove perspectivas sócio culturais, melhoria na qualidade de vida, serviços que estabelecem participação, ao mesmo tempo em que reorganizam funções nos setores, tanto estatal quanto mercantil. Considera também que na comunidade acontece uma alteração, no que concerne à maneira de participação dos cidadãos, dentro das organizações, tal modificação se acentua através da visibilidade adquirida pelas missões, como modo de explicitar os vínculos solidários, e também, se destaca como um meio para interpretar a questão social de maneira coletiva.

Na visão de Cabral (2015), teoricamente o terceiro setor contribui para a elevação do conceito de público, no que se refere à sua particularidade na compreensão. Afirma que não se pode exigir universalidade, em razão do setor operar com as singularidades das interpretações coletivas, dos públicos constituintes sobre a questão social. Nesse contexto, há a possibilidade de o terceiro setor assumir um processo que considere atributos do espaço público não estatal, os quais Wanderley (1998 *apud* Cabral, 2015. p. 94) cita como sendo:

Quadro: 1 Atributos do espaço público não estatal

<b>Atributos</b>	
A Representatividade dos interesses coletivos	Surge da natureza participativa da ação pública, visto que, a própria constituição de uma organização do terceiro setor já representa a expressão de interesses coletivos ao atender as demandas sociais;
A Democratização	No que diz respeito à ampliação de espaços relativos às decisões políticas, que constam do ato criador da organização, da junção dos públicos constituintes, bem como de sua operacionalidade enquanto organização.
A qualidade e efetividade dos serviços	Como a consciência de caridade e de filantropia, que marcou o início das organizações do terceiro setor no Brasil, confronta-se com o entendimento de prestação de serviços a pessoas que conhecem seus direitos.
A Visibilidade social	Refere-se à publicidade, assim como, a fidedignidade das informações correntes em uma organização do terceiro setor, revelando-se como complementar a democratização, sendo transparente para estabelecer a credibilidade.
A Universalidade	Que surge da natureza de disponibilidade da ação pública, referindo-se à coletividade, dirigida a todos, para além dos interesses individuais.
A Cultura pública	Ligada à disponibilidade da ação pública, refere-se à possibilidade do terceiro setor construir um paradigma que supere ações paternalistas, como também, clientelistas.
A Autonomia	Que se caracteriza através da independência da organização em relação à representatividade pública do governo, como também, de outras instituições, assim como: igrejas, sindicatos e partidos políticos.
O Controle Social	Instrumento de gestão que promove a resposta aos desafios da questão social, garante cumprir a missão e ainda fornece um elemento para normatizar o acesso ao fundo público.

Fonte: Baseado em (1998; WANDERLEY *apud* CABRAL, 2009).

Para Dias (2012), existem cinco características apresentadas pelas organizações do terceiro setor: a formalidade na maneira de constituição; o fato de serem não governamentais em sua estrutura básica; serem autogovernadas; não possuem fins lucrativos e poder ser formadas por voluntários. O autor considera que tais organizações não representam algo novo neste cenário social, visto que, sempre existiram durante o processo de consolidação do capitalismo, porém nunca em sua história tiveram o papel assumido atualmente, em que se torna uma alternativa aos dois setores tradicionais. Para tanto, um dos fatores que contribuem para o crescimento deste setor é o fato da

caracterização, enquanto manifestação da cidadania que possibilita a organização e a participação, mais do que considerar este espaço como uma alternativa política e social. A maioria dessas organizações não questiona as bases do sistema, ocupam-se de temas pontuais, sem buscar participar de disputas políticas e nem competições partidárias, preenchem lacunas na ação dos governos, tendo como vantagem em relação ao Estado o fato de possuírem estruturas flexíveis e de baixo custo, o que possibilita maior agilidade, como também, capacidade de inovar ações (DIAS, 2012).

O fortalecimento da capacidade de organização de parte da sociedade civil, com vistas à realização de serviços propícios a melhoria da condição de vida, como também, disposta a estabelecer um novo diálogo entre os setores público e privado, faz surgir uma proposta capaz de romper com a divisão simplista e excludente, buscando soluções para as difíceis questões econômicas, sociais e políticas que se revelam à sociedade brasileira (CABRAL, 1964).

Para Albuquerque (2016), “terceiro setor” é uma expressão que traduz o termo em inglês *third sector*, usado nos Estados Unidos entre outras expressões como “setor voluntário” (*voluntary sector*) ou “organizações sem fins lucrativos” (*nonprofit organizations*). Assim, as organizações sem fins lucrativos são descritas por Dias (2012) como: fundações, institutos, entidades filantrópicas, entidades de serviços sociais, entidades religiosas, organizações não governamentais (ONGs), organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIPs), associações comunitárias e organizações de defesa dos direitos civis e surgem como alternativa eficiente para o atendimento das inúmeras demandas da população, contribuindo para a reorganização do Estado, ao tempo em que fortalecem a realização de políticas públicas.

Segundo Landim (1993 *apud* Cabral, 2015), dentro do universo de instituições que compõem o terceiro setor estas podem ser distribuídas em cinco categorias/temas: sociedades civis sem fins lucrativos ou entidades sem fins lucrativos; associações; entidades filantrópicas, beneficentes ou de caridade; organizações não governamentais; fundações. De acordo com a autora as sociedades civis sem fins lucrativos se definem como entidades sem a ótica do mercado, por não almejar o lucro. Conforme a lei 3.107 de 1º de janeiro de 1916 do Código Civil Brasileiro, são consideradas pessoas jurídicas de direito privado, frequentemente chamadas de associações, sociedades e fundações. No entanto existem diferenças jurídicas entre elas conforme pode se observar no quadro 2.

Quadro:2 As Associações e Sociedades e as Fundações

ASSOCIAÇÕES E SOCIEDADES	FUNDAÇÕES
Interesses, fins e meios próprios, exclusivos dos sócios.	Fins e interesses alheios, isto é, do fundador.
Fins podem ser alterados	Fins perenes e imutáveis, diretores não podem alterá-los.
Patrimônio criado pelos sócios	Patrimônio criado pelo instituidor, por particular ou pelo Estado.
Associados deliberam livremente	Resoluções definidas pelo instituidor

Fonte: Baseado (1993; LANDIM *apud* CABRAL, 2015)

O conceito de Associação para Albuquerque (2006), refere-se à pessoa jurídica criada com base na junção de ideias, bem como de esforços em torno de um objetivo que não possua finalidade lucrativa. Para Landim (2013 *apud* Cabral, 2015), são entidades que possuem um interesse comum, formadas a partir de contratos estabelecidos livremente. Devem, portanto ser inscritas em um cartório de registro de pessoas jurídicas, declarando assim, a existência legal através da apresentação de documentos que comprovem a publicação do Estatuto da Entidade no Diário Oficial, bem como a ata de fundação e a relação dos diretores e dos sócios fundadores da Entidade (previsto no art. 114 da lei de registro público – lei nº 6.015/73).

Em relação às Entidades filantrópicas, beneficentes ou de caridade, Landim (2013 *apud* Cabral, 2015) afirma que estão voltadas para o atendimento ao público externo. Na forma jurídica se igualam às associações, porém, as filantrópicas possuem maior abertura do que as associações para conseguir recursos junto aos governos, pela adoção de um caráter mais público, por beneficiar uma quantidade maior de pessoas do que as associações. Sobre as Organizações não governamentais a autora afirma que ONG não é um termo jurídico, mas sim uma conotação política, uma vez que são registradas como sociedades civis sem fins lucrativos e até como fundações, se aproximam do conceito de associação por firmar compromisso com a sociedade civil organizada, bem como, movimentos sociais e com a transformação social. Ainda segundo a autora as Fundações possuem uma conotação jurídica, são criadas a partir da destinação de patrimônio por pessoa física ou jurídica, para isto, especificamente. O instituidor pode criar seus estatutos, podendo também ser criado por um encarregado, ou ainda pelo Ministério Público, responsável por definir o ato da criação da fundação, além de definir bens verificando se são suficientes para a execução das necessidades da entidade e as demais providencias que motivam o seu funcionamento.

O novo marco legal regulatório do Terceiro Setor (lei 13.019/14), foi sancionado em 31/07/14, a partir do projeto de lei 7.168/14. Surgiu com o objetivo de formalizar parcerias entre o poder público e entidades privadas sem fins lucrativos, substituindo convênios por termos de colaboração e de fomento, neste, muitas questões não foram alteradas.

Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil; e altera as Leis nºs 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999. (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015).

Posteriormente, em 14 de dezembro de 2015, a lei 13.204 alterou a lei de 31 de julho de 2014, firmando o regime jurídico das parcerias voluntárias, as quais podendo envolver ou não transferências de recursos financeiros, no tocante as relações entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para o prosseguimento das finalidades de interesse público. A mesma define diretrizes relacionadas a política de fomento e de colaboração com organizações da sociedade civil e institui o termo de colaboração, como também o termo de fomento.

Na visão de Toro (2000), pode se considerar um grande desafio do Terceiro Setor encontrar uma orientação para o grupo das múltiplas ações institucionais que realiza, estas, vão desde as formas de autodesenvolvimento utilizando maneiras associativas de base, como também, ações de acompanhamento, serviços até a coordenação interinstitucional, propondo o início da democracia, da produtividade e da luta contra a pobreza. Por fim, o autor afirma que é função do Terceiro Setor ajudar a construir um Estado Social de direito, com orientação dos esforços e propósitos, de forma que possibilite o exercício dos direitos humanos, para o cuidado e proteção da vida, sendo este o projeto ético capaz de gerar no século XXI maior transparência ao mesmo.

Segundo Cardoso (2000), o Terceiro Setor no Brasil assume um papel que não pode ser substituído, com vistas ao enfrentamento de questões como o combate à pobreza, ou ainda à desigualdade e à exclusão social.

## 2.2 A Fome no Brasil

A fome no Brasil é um problema social que existe devido às desigualdades sociais e econômicas presentes no sistema capitalista. Segundo Bonfim (2004), as discussões relacionadas ao tema no país, tiveram início a partir das investigações e inquietudes de Castro, quando sua obra se tornou o documento central para o discurso, enquanto médico, cientista, professor e gestor de órgãos públicos, procurou denunciar a realidade social enfrentada em uma nova perspectiva que demonstrava a gravidade da situação.

Tal problema não provém de calamidades e nem de escassez, logo não é epidêmico, mas da falta de recursos da população mais carente, tendo natureza política e econômica já que de acordo com a FAO, o Brasil tem grande disponibilidade de alimentos (BONFIM, 2004). As questões relacionadas ao fenômeno da fome enquanto um problema social com abertura para intervenções, surgiram na pauta brasileira a partir do século XX, eram consideradas políticas de combate à mesma, visto que, apenas mais tarde em 1980 surgiu a expressão segurança alimentar, agregando o termo nutricional em 1990 (NASCIMENTO, 2009).

Na concepção de Bonfim (2004), vários eventos contribuíram para formular o discurso sobre o tema. No início do século XX, diversas lutas ocorreram pela melhoria das condições de vida dos operários e por salários justos. Havia no país um quadro de pobreza durante a primeira República, que foi agravado por epidemias como a febre amarela, entre outras. No quadro 3 estão descritos alguns fatos históricos relacionados a abordagem da fome no Brasil.

Quadro: 3 Fatos históricos relacionados à fome no Brasil

ANO	FATOS HISTÓRICOS
Após a segunda metade do século XIX	Surgimento das sociedades mutualistas para assegurar a sobrevivência de famílias pobres e ajudá-las em algumas situações.
Entre 1850 e 1900	O Movimento do Quebra Quilos, em que é possível destacar atos de desobediência civil, contrários ao sistema de pesos e medidas, em que as pessoas se sentiam enganadas.
Em 1851	A Revolta de Ibicaba tratava-se da revolta de colonos das fazendas de café contrárias ao alto preço das mercadorias que lhes vendiam, contra pesos e medidas, como também contra os juros utilizados.
Em 1858	O protesto contra a alta de gêneros alimentícios em Salvador, causado pelas epidemias de febre amarela e choleramorbus, como também, pela falta de alimentos.
Em 1872	A revolta contra comerciantes estrangeiros, que protestavam em relação ao alto preço das mercadorias importadas e o baixo preço recebido pelos alimentos nacionais.

(continua...)

(...continuação)

ANO	FATOS HISTÓRICOS
Em 1913	O Comício Contra a Carestia no Rio de Janeiro reunindo mais de dez mil pessoas.
Em 1918	O Movimento de Comitês de Combate à Fome no Rio de Janeiro.
Entre 1925 a 1938	O Movimento do Cangaço e as ações de Padre Cícero no Juazeiro associados à miséria.
Em 1931	A Marcha da Fome liderada pelo Partido Comunista
Em 1943	A Conferência de alimentação de Hot Springs, dando origem à Food and Agriculture Organization (FAO), organismo das Nações Unidas relacionado à agricultura e alimentação.
Em 1946	A Campanha Popular Contra a Fome, com banca de queixas para reclamações, com o propósito de denunciar comerciantes que vendiam caro.
Entre 1951 e 1953	As Passeatas da Panela Vazia, em que neste período o Movimento contra a Carestia atingia diversas regiões do país.
Em 07 de agosto/1963	A promoção do Dia Nacional de Protesto Contra a Carestia, também realizado em várias partes do país.
Em 1972	O Movimento do Custo de Vida em São Paulo e outras capitais, devido à articulação das Comunidades Eclesiais de Base, ligadas à Igreja Católica.
Em 1980	O I Congresso Nacional de Luta contra a carestia.
Em 1983	Saques em supermercados e lojas no Rio de Janeiro e em São Paulo

Fonte: Baseado em Bonfim (2004)

Além dos fatos apontados no quadro 3, surge em 1993 o Movimento Ação da Cidadania, Contra a Fome, Miséria e pela Vida, conseguindo a adesão da sociedade e a criação de comitês organizados no país, sendo em sua maioria relacionados a funcionários de empresas públicas. Entre 1992 e 1994 houve ampla mobilização por parte da sociedade civil em relação à fome e à miséria, resultando na tentativa de implantação de uma política de combate à fome. Foi elaborada e apresentada ao governo federal nesta fase uma política nacional de segurança alimentar, por iniciativa de partidos políticos da oposição, em torno da campanha Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida, coordenada pelo sociólogo Betinho. O impacto gerado por essa mobilização gerou em maio de 1993, a criação do CONSEA de forma vinculada a Presidência da República na gestão de Itamar Franco, tendo a participação de organizações não governamentais (BELIK, 2001).

A Ação da Cidadania foi um movimento inspirado pelo sociólogo Herbet de Souza (O Betinho), e articulado por vários setores da sociedade civil brasileira. Baseava-se na compreensão de que cabe à cidadania instituir a lógica da solidariedade e, também apontar o rumo ao Estado e ao mercado. A resposta foi maciça, diversificada social e geograficamente e surpreendente em sua capacidade de inovação. Tratava-se de uma mobilização que combinava uma radical descentralização, para dar lugar à iniciativa dos comitês locais da cidadania e a parceria entre eles, com governos, empresas, etc. Formaram-se cinco mil comitês operando em todo o país e, segundo levantamento de um dos principais institutos de pesquisa do país, soube-se que mais de 90% dos brasileiros acima de 16 anos aprovaram a campanha e 30% tiveram algum nível de participação nela (MALUF, 1996, p. 4).



De acordo com Nascimento (2009), algumas questões são relevantes dentro deste contexto, como por exemplo, a constituição do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS, em 1909, esta é a mais antiga instituição federal em operação no semiárido nordestino, local atingido pelo drama da fome. Outro fator importante se deu quando através da criação do Comissariado de Alimentação Pública o setor de abastecimento sofreu a intervenção por parte do poder público, em 1917. O debate referente às políticas públicas de combate à fome ganhou força em 1920 quando uma série de profissionais passou a discutir sistematicamente sobre alimentação. Logo após, em 1923 aconteceu o Primeiro Congresso Brasileiro de Higiene que reuniu especialistas da área da saúde, para tratar sobre preocupações da área.

Um marco relevante para as políticas públicas ocorreu em 1932, ao surgir o inquérito “As condições de vida das classes operárias do Recife”, estudo realizado por Castro que foi o primeiro desta natureza a ser reconhecido no país. Depois deste, outros estudos passaram a ser realizados pelo Departamento Nacional de Saúde, todos direcionados a alimentação do povo brasileiro. Nesta época foi institucionalizado no governo de Vargas, o salário mínimo, e este iniciou programas que resultaram em políticas atuais. No ano de 1940, foi criado o Serviço de Alimentação da Previdência Social – SAPS, relacionado ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, cujo objetivo era fazer cumprir um decreto lei, em que empresas que superassem o limite de 500 empregados deveriam instalar refeitórios para os mesmos (1977; 1982; CASTRO; LABBATE *apud* NASCIMENTO, 2009).

Buscando promover uma reflexão articulada sobre a segurança alimentar e nutricional, com a presença de especialistas no assunto, foi realizado em 2008, o Seminário Nacional Mesa Brasil SESC, em Brasília. Nele abordaram-se temas relativos a questão da fome, como também as políticas sociais, as quais reconhecem a alimentação enquanto um direito. Dentre as discussões, constatou-se que a partir dos anos 60, o Brasil realizou esforços para combater à fome. Nesta perspectiva, algumas ações ganharam destaque, entre elas, a assinatura do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC) que se deu em 1966, posteriormente, tal compromisso foi renovado de forma permanente introduzindo o discurso da fome e da segurança alimentar na Agenda Pública do Estado, fazendo aumentar o debate entre a sociedade civil. Outro fato citado e considerado importante aconteceu em 1988, com a redemocratização, o combate à fome permeou entre as políticas setoriais de saúde, políticas de combate à pobreza, entre outras.

O acúmulo do conhecimento obtido pelo setor público em diversas áreas fez surgir, como também desenvolver arcabouços institucionais participativos nos âmbitos do Estado (SESC, 2010).

Nesse contexto, tratando-se da estrutura vertical em relação ao setor público no Brasil, funcionam Conselhos de Segurança Alimentar na Esfera Federal, Estadual e Municipal. Estas sensibilizam a população para manifestações da pobreza por ser um espaço capaz de articular soluções. Já na estrutura horizontal em relação ao Estado, desde a década de 90, órgãos inter setoriais com diversas formas e instrumentos foram desenvolvidos. Este processo de experimentação institucional, busca realizar os ajustes necessários para o enfrentamento satisfatório ao combate à fome e à desnutrição (SESC, 2010).

Em 1995 o Comunidade Solidária foi constituído ao passo em que o CONSEA se extinguiu. O Comunidade Solidária viabilizou a ação do Governo Federal, através da inclusão de conceitos instrumentais, assim como, parcerias, solidariedade e descentralização. Inovou ao desenhar uma metodologia capaz de gerenciar ações públicas, focado na integração e na descentralização das ações de governo, como também, na participação e na parceria da sociedade, com o objetivo de promover a melhoria das condições de vida dos pobres. O CONSEA como também o Comunidade Solidária, defendiam propostas abrangentes na dimensão da segurança alimentar (SESC, 2010).

A partir da mobilização realizada pela Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida, como também da extinção do CONSEA, mesmo não tendo saído da pauta dos problemas nacionais e também das reivindicações promovidas pelos movimentos sociais, houve uma pausa na discussão sobre o problema até o início dos anos 2000, quando retomou pelo agravamento da situação de pobreza que atingia o país, em razão da crise econômica, como também pelo aumento do desemprego (BELIK, 2001).

Segundo Nascimento (2009), em outubro de 2001, foi apresentado ao debate público, no final do governo de Fernando Henrique Cardoso, o Projeto Fome Zero. O mesmo foi elaborado sob coordenação de José Graziano da Silva pelo Instituto de Cidadania. A proposta relatava a preocupação da conjugação entre políticas estruturais, com foco em redistribuição de renda, geração de empregos, entre outras, e intervenções emergenciais, como por exemplo a distribuição de cestas básicas. Nesse contexto, o Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar – MESA é criado com o objetivo primordial de combater a fome, o mesmo foi administrado pelo idealizador do projeto

Fome Zero. Em 2003, ao se eleger Presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva estabeleceu como prioridade de sua gestão a Segurança Alimentar e Nutricional e o combate à fome. Mais tarde, lançou o projeto Fome Zero com o objetivo de assegurar o direito humano a alimentação adequada, aqueles em situação de vulnerabilidade. Segundo Macedo (2009), tal projeto atua em quatro eixos: acesso aos alimentos, fortalecimento da agricultura familiar, geração de renda e articulação, bem como, mobilização e controle social.

De acordo com Macedo (2009), a criação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome – MDS ocorreu em 23 de janeiro de 2004, tendo a missão de coordenar, supervisionar, controlar e avaliar a execução de programas de transferência de renda. Cabe também, ao MDS, a aprovação dos orçamentos gerais do Serviço Social da Indústria (SESI), do Serviço Social do Comércio (SESC), bem como do Serviço Social do Transporte (SEST). Durante a II Conferência Nacional de Segurança Alimentar Nutricional, em março de 2004, realizada no Recife, foram apontadas as diretrizes para a Segurança Alimentar no Brasil, com vistas a junção de esforços por parte do governo e da sociedade civil. Ainda nos primeiros anos de governo, o então Presidente Lula reinstituiu o CONSEA, objetivando a ampliação do debate setorial em relação a essa temática, bem como, a convocação da II Conferência de Segurança Alimentar e Nutricional, a qual deliberou pela criação, da Lei Orgânica para a Segurança Alimentar e Nutricional – LOSAN, resultado da mobilização entre a sociedade, o Governo e o Parlamento. Através da LOSAN instaurou-se o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), tornando possível aumentar a discussão sobre o assunto (MACÊDO, 2009).

A III Conferência só vem a consolidar os referenciais do setor de SAN no país: soberania alimentar, direitos humanos e fome, este último com uma carga política muito grande, menos técnico que segurança alimentar e nutricional. Apesar de mais impreciso, o termo fome não foi abandonado, tanto é que o principal ministério do setor chama-se Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (NASCIMENTO, 2009).

Segundo relatório da ONU, “O Estado da Insegurança Alimentar no Mundo”, divulgado em 27/05/2015, a redução mais significativa da fome no país ocorreu em 2012. Neste ano, o Brasil alcançou duas metas da entidade internacional, que era reduzir à metade, o número de pessoas que passavam fome e reduzir este número para menos de 5% da população. O relatório destaca avanços brasileiros neste sentido em relação aos últimos anos, como pode ser observado na figura 1.

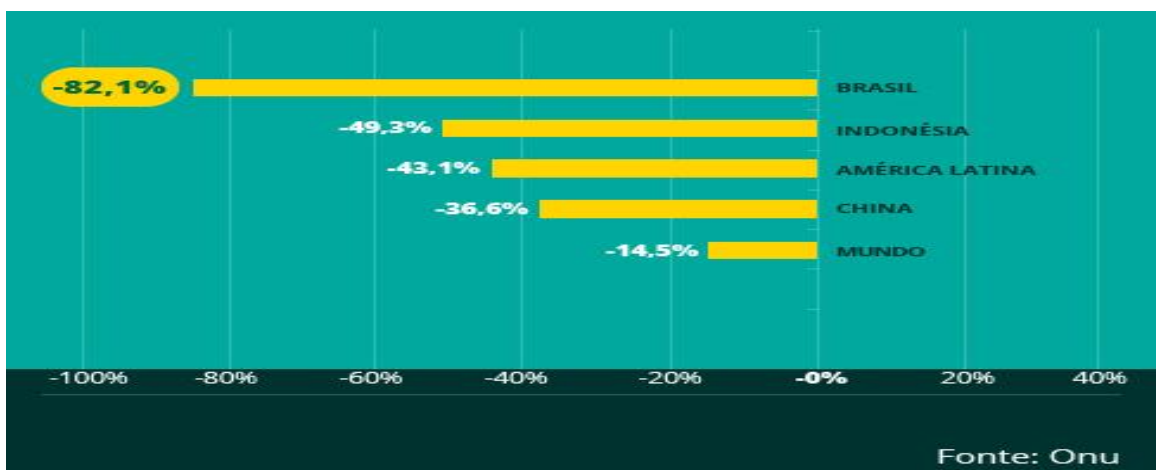


Figura: 1 Queda da fome no mundo entre 2002 e 2014

Fonte: ONU (2015)

Entre os países mais populosos, o Brasil se destaca por obter a maior queda de subalimentados entre 2002 e 2014, chegando a - 82,1%. O relatório confirma que o país alcançou todas as metas das Nações Unidas em relação à fome. O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS), em processo de formatação, tem o objetivo de reduzir em menos de 5% até o ano de 2030. O desenvolvimento das ações de segurança alimentar como também o Programa Bolsa Família, contribuíram de forma especial para o crescimento inclusivo alcançado no país. Para os próximos anos, o Brasil precisa atender os grupos mais vulneráveis que sofrem com a insegurança alimentar no país (ONU, 2015).

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), a pobreza no país em 2002, sofreu a redução de 24,7% para 8,5% em 2012 e a extrema pobreza caiu de 9,8% para 3,6% neste mesmo período. Neste sentido, as ações de transferência de renda e de segurança alimentar são mencionadas como referência para a proteção social, visto que reduziram de forma significativa a desigualdade de renda entre a população mais pobre, gerando um círculo de virtude crescente com aspecto inclusivo, que precisa ser continuado.

**CAPÍTULO 3:**  
**ASPECTOS METODOLÓGICOS**

---

### **3.1 Caracterização da Pesquisa**

A pesquisa realizada se classifica quanto a abordagem como quali-quantitativa. Na pesquisa qualitativa, a preocupação se volta para “o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos a operacionalização de variáveis” (2001, MINAYO *apud* SILVEIRA e CÓRDOVA, 2009, p. 32). Em relação a quantitativa, “recorre à linguagem matemática para descrever [...] as relações entre variáveis”, assim o uso das duas abordagens possibilita agregar um número maior de informações, do que se fosse utilizada apenas uma delas. (2002, FONSECA *apud* SILVEIRA e CÓRDOVA, 2009, p.33).

No que se refere aos objetivos, a pesquisa é tida como descritiva, que segundo Cervo et al (2007, p. 61) “observa, registra, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos [...] sem manipulá-los”. Já quanto aos procedimentos, se caracteriza como Estudo de Caso, definido pelo autor como sendo “a pesquisa sobre determinado indivíduo, família, grupo ou comunidade, que seja representativo de seu universo, para examinar aspectos variados de sua vida. Caracteriza-se também como documental, já que esta recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico (2002, FONSECA *apud* SILVEIRA e CÓRDOVA, 2009, p.37). Neste caso a pesquisa faz referência apenas a unidade do Programa Mesa Brasil em Campina Grande, já que o mesmo possui abrangência nacional.

### **3.2 Unidade de Análise, sujeitos da Pesquisa e Instrumentos de coleta de dados**

A unidade de análise da pesquisa, o PMBS – CG, está localizada na rua Jiló Guedes, no centro de Campina Grande – PB. A mesma iniciou suas atividades em 2004 e atua como Rede de Solidariedade no Combate à fome e ao desperdício de alimentos.

Para responder aos objetivos da pesquisa, os instrumentos de coleta de dados utilizados foram: a observação, a análise documental, entrevistas e a aplicação de questionários. Estes instrumentos proporcionaram coletar as informações necessárias para identificar os doadores de alimentos, os agricultores fornecedores de produtos provenientes do PAA, apontar as instituições cadastradas no Mesa Brasil e ainda conhecer as dificuldades existentes no Programa.

Além de identificar os atores sociais participantes, a coleta de dados proporcionou descobrir as contribuições de cada um para o combate à fome. A análise foi realizada por meio de documentos impressos e eletrônicos, onde foram observados conteúdos diversos, como da EMATER (Empresa pública que presta orientação aos agricultores do PAA), SAGI (Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, responsável pelos dados sobre o CADÚNICO), SESC (Participante do Terceiro Setor), IPEA (Fonte de pesquisas sobre a fome), IBGE (fonte de pesquisas sobre a fome), buscando atender aos objetivos da pesquisa como também identificar o potencial do Programa em relação as demandas da cidade.

A entrevista é um procedimento utilizado na investigação social para a coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social (DIEHL, 2004), dessa forma, as entrevistas não estruturadas, foram realizadas com os 143 doadores da EMPASA, com quatro beneficiárias do Programa e também com três agricultores do PAA, buscando levantar informações sobre a percepção de cada um em relação ao programa e também para facilitar a identificação dos atores sociais participantes do processo.

Quanto a observação, foi necessário conhecer tanto a dinâmica dos processos realizados pelo Mesa Brasil, como também realizar uma visita em uma das Associações participantes do PAA. Para Diehl (2004), a observação desempenha um importante papel nos processos observacionais, e obriga o investigador a manter um contato mais direto com a realidade. No que se refere as dificuldades enfrentadas pelo Programa, além da observação e do estudo de relatórios, foram analisados aspectos da prática diária, relativas as ações desenvolvidas pelo mesmo.

A pesquisa buscou identificar o número de beneficiários ativos no programa durante o período em que os dados foram coletados e analisados (2015), bem como, relacioná-los ao número de pessoas inscritas no CADÚNICO, visando conhecer o percentual de beneficiários atendidos pelo Mesa Brasil na cidade, em situação de vulnerabilidade social ou considerados de baixa renda. Para isto, foi necessário utilizar dados de relatórios do PMBS – CG e confrontá-los com relatórios da SAGI, contendo informações do mesmo período relacionados a cidade.

Com relação a população e amostra da pesquisa, a aplicação de questionários foi realizada através da amostragem não probabilística por acessibilidade, direcionada a 77 dos 117 gestores das instituições cadastradas no Mesa Brasil, com o objetivo de conhecer em

detalhe as organizações que realizam o trabalho em contato direto com os beneficiários do Programa, e suas dificuldades. A Tabulação dos dados foi realizada através de planilhas eletrônicas do software Microsoft Office Excel, objetivando melhor análise e interpretação dos resultados com o uso da estatística descritiva, utilizando a frequência absoluta, que corresponde ao número de observações obtidas em uma determinada classe ou em determinado atributo, de uma variável qualitativa. Utilizou-se também a frequência relativa já que esta corresponde à proporção do número de observações de uma determinada classe em relação ao total de observações (TAVARES, 2007).

Com relação a análise qualitativa, as entrevistas realizadas com os doadores da EMPASA ocorreram em abril de 2016, buscando identificar o fator motivador para as doações. Já no que se refere as quatro beneficiárias do Programa Mesa Brasil, as entrevistas foram realizadas na SAB da Catingueira, localizada na cidade de Campina Grande, durante o período de 50 minutos, em de abril de 2016. Os dados referentes às entrevistas com os agricultores da Associação Chã de Barra, foram descritos de acordo com seus depoimentos.



**CAPÍTULO 4:**  
**APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS**  
**RESULTADOS**

---

#### 4.1 O SESC e o Programa Mesa Brasil

O SESC (Serviço Social do Comércio) é fruto da iniciativa do empresariado do comércio de bens, serviços e turismo. Sua arrecadação é formada por contribuição compulsória de 1,5% sobre a folha de pagamento de tais empresas. Foi criado pelo Decreto-Lei nº 9.853, de 13 de setembro de 1946 e atua no cenário sócio econômico brasileiro como entidade de prestação de serviços, de direito privado, sendo administrada e mantida através de contribuição obrigatória que se encontra disciplinada legalmente no Art. 3º e também pelo Art. 240 da Constituição Federal. Sua finalidade está em promover o bem-estar social, o desenvolvimento cultural e a melhoria na qualidade de vida dos trabalhadores das empresas do comércio e seus dependentes, como também, de toda comunidade (CARTILHA SOCIAL SESC, 2014).

Na Paraíba, teve início em 28 de dezembro de 1949 na capital João Pessoa. Logo depois, expandiu suas atividades para o interior, instalando as unidades operacionais em Guarabira e Campina Grande. Hoje são 14 unidades, as quais desenvolvem programas em cinco áreas: Educação, Saúde, Cultura, Lazer e Assistência. Em Campina Grande, o SESC possui duas unidades, as quais são chamadas de SESC Açude Velho (criado em 1950) e SESC Centro (criado em 1998), atuam nas diversas áreas de atendimento, assim como na Assistência Social através do Mesa Brasil (SESC, 2010).

A história do Mesa Brasil teve início através do projeto sopa e pão, em 1991 no Paraná, onde preparavam sopas para distribuir as famílias de baixa renda. Todo trabalho era feito nos restaurantes das unidades. Mais tarde, em 1994 surgiu o Mesa São Paulo, na unidade SESC Carmo, com o intuito de evitar o desperdício de alimentos e minimizar a fome. Em 1997 surgiu a modalidade de trabalho colheita urbana, cujo objetivo seria coletar alimentos excedentes, mas, ainda próprios para o consumo e distribuí-los às entidades sociais. Nesse processo em 2000, o SESC Rio de Janeiro implantou a modalidade banco de alimentos, o que permitiu recolher as doações nas empresas doadoras, armazenar e disponibilizá-las às instituições sociais (SESC, 2014).

Em 2001, o banco de alimentos foi lançado no Ceará e em 2002 em Pernambuco, ganhando dimensão nacional. Logo o Mesa Brasil SESC é lançado em todos os estados do Brasil, atuando no combate ao desperdício de alimentos e no combate à fome. Os resultados mostram que em seu primeiro ano de atuação, foram distribuídos 4,6 milhões de quilos de alimentos, ajudando a complementar a alimentação de mais de 173 mil pessoas.

Assim se formou a rede de solidariedade que minimiza a insegurança alimentar e nutricional da população, e que tem por princípio ações educativas levando conhecimento a doadores, voluntários, receptores e a todos que participem do processo (SESC, 2014).

Enquanto objetivo, o Mesa busca contribuir para a promoção da cidadania e a melhoria da qualidade de vida de pessoas em situação de pobreza, na perspectiva de inclusão social. Como um Programa de Segurança Alimentar e Nutricional, baseia-se em ações educativas e na distribuição de alimentos excedentes, considerados fora dos padrões de comercialização, mas próprios para o consumo. Dessa maneira o Programa busca onde sobra e entrega onde falta contribuindo tanto para a redução do desperdício como para a redução da condição de insegurança alimentar de milhares de pessoas, utilizando estratégias de mobilização e ações educativas com vistas ao incentivo da solidariedade e do desenvolvimento comunitário.

Na cidade de Campina Grande o programa está situado na unidade SESC Centro, pautado nos valores de responsabilidade, compromisso, solidariedade, equidade, integração e transparência. Recebe doações diárias dos permissionários da EMPASA – (Empresa Paraibana de Abastecimento e Serviços Agrícolas), como também de supermercados, e eventualmente de algumas empresas. É importante salientar que a maior quantidade de alimentos recebidos pelo Mesa nesta cidade, é proveniente da parceria com o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos).

A equipe do PMBS-CG é formada por 18 pessoas, onde a estrutura administrativa, chamada de equipe estratégica, é composta por sete funcionários, a Coordenadora do Programa e também Assistente Social, a nutricionista, um técnico adjunto, um auxiliar técnico, um auxiliar administrativo e dois motoristas. A equipe conta com duas estagiárias de Serviço Social e duas de Nutrição, dois auxiliares de serviços gerais, além de cinco auxiliares de carga e descarga.

O Programa integra entidades sociais, empresas e em alguns casos voluntários, atuando enquanto iniciativa de ação social permanente através de dois modelos: A Colheita Urbana e o Banco de Alimentos. A modalidade Colheita Urbana refere-se à coleta diária e segura de alimentos frescos, produtos hortifrutigranjeiros, alimentos industrializados, entre outros, em que são encaminhados diretamente às instituições. Neste caso, não possuem estoques sendo necessária a entrega imediata. O Banco de Alimentos trabalha enquanto centro de recolhimento e distribuição. Ao realizar a coleta, armazena e em seguida disponibiliza para as entidades sociais. No caso de Campina Grande, o Programa atua no

modelo de Banco de Alimentos, possuindo câmaras frigoríficas e carro com baú refrigerado.

O transporte de alimentos realizado de forma refrigerada ou não, deve garantir a integridade dos produtos, com o objetivo de impossibilitar sua contaminação e deterioração. Alguns cuidados são tomados para conduzir de forma correta todos os produtos arrecadados: O veículo apresenta cabine do condutor isolada da parte em que são transportados os alimentos; possui certificado de vistoria e acondiciona os alimentos em monoblocos plásticos. Para isto, os auxiliares de carga e descarga utilizam material de proteção e fixação de carga, além de manter o veículo sempre higienizado.

Os alimentos são armazenados em local fresco, exclusivo, limpo e organizado. Quanto aos equipamentos, móveis e utensílios não podem transmitir substâncias tóxicas, odores, nem sabores por determinação da legislação específica. Utilizam-se estrados para que o alimento não tenha contato com o chão. Quando a doação se tratar de alimentos perecíveis, o armazenamento deve ocorrer em tempo e temperatura adequados, para que não venha a comprometer a qualidade. Quando se tratar de não perecíveis, é necessário armazená-los fora das embalagens secundárias, como sacos de papelão ou mesmo, sacos de papel; terá que separar por data de validade doando primeiro os que estão com data mais aproximada. O empilhamento é feito de forma alinhada e na altura que não comprometa os produtos, tornando possível a circulação de ar entre os mesmos. Os alimentos que apresentam embalagens danificadas são embalados em plástico transparente.

No ato das doações, como se trata de Banco de Alimentos, o representante da entidade cadastrada deverá assinar o recibo de doação, em três vias iguais. Uma via ficará com o receptor e as demais serão utilizadas para o controle interno do Banco.

## **4.2 O Programa de Aquisição de Alimentos – PAA**

O PAA foi criado por meio da Lei nº 10.696, sancionada no dia 02 de julho de 2003. Na época tinha como objetivo resolver questões de dívidas agrícolas e sua finalidade era incentivar a agricultura familiar, criando um vínculo com a aquisição de produtos agropecuários que formariam estoques públicos, destinados à distribuição para aqueles em situação de insegurança alimentar (PORTO, 2010).

Não previa apenas a comercialização da produção agrícola, mas, tinha o intuito de tornar possível a articulação entre a produção e o consumo, garantindo a segurança

alimentar da população mais carente e desta forma, promoveria a integração conciliada entre as políticas agrícola, de abastecimento e de assistência alimentar. O CONSEA, por sua vez, ficou responsável por articular as negociações com os movimentos sociais, buscando construir políticas públicas voltadas para a segurança alimentar e nutricional, sendo uma delas o PAA. Realizado nacionalmente, em parceria com o Programa Mesa Brasil, onde o SESC é parceiro receptor dos produtos adquiridos e também legalmente responsável pelo recebimento e distribuição dos mesmos às entidades cadastradas. O PAA é gerido pela CONAB através de sua Superintendência Regional. Tal estratégia foi adotada pelo governo para realizar o combate à fome no Brasil e fortalecer a produção de alimentos para o consumo interno, uma vez que tinha o objetivo de atender famílias carentes, protegendo a família, a cooperação, entre outros valores (SESC, 2010).

Nos dias atuais, o PAA conta com três fontes de recursos, são eles: o Ministério do Desenvolvimento Social - MDS, o Fundo de Combate e Erradicação da pobreza, do MDA e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE/Ministério da Educação). O PAA opera através de cinco instrumentos, sendo um deles, a CPR – doação, operada com recursos do MDS. Os alimentos adquiridos através da CPR – doação são totalmente destinados às famílias em situação de insegurança alimentar, assim como, aos programas sociais, como exemplo do Mesa Brasil SESC, que também atua com a finalidade do combate à fome e ao desperdício. O PAA é visto como uma estratégia que contribui para o fortalecimento da agricultura familiar, como iniciativa de inclusão social que assegura renda as famílias provedoras de alimentos, favorece a integração entre programas, ações e projetos, públicos e privados, os quais estabelecem a alimentação como norte para articular projetos sociais, promovendo dinamização das economias locais (SESC, 2010).

O relatório “Panorama da Insegurança Alimentar na América Latina e Caribe”, documento da FAO (2015), reafirma o papel da CONAB, em relação ao abastecimento no Brasil, por manter entre suas funções a implementação da Política de Garantia de Preço Mínimo (PGPM), além de armazenar e comercializar produtos agrícolas, criar e manter estoques públicos, assim como, cuidar da implementação do PAA, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

Entre os vários projetos recebidos pelo PMBS – CG, foi recebido o da Comunidade Negra do Camará (ACONCA) e também, recentemente o da Associação Chã de Barra. Localizada na zona rural, a 11 km da sede do município de Remígio – PB, a Comunidade Negra do Camará (ACONCA), composta por 22 famílias remanescentes de quilombolas,

fundaram a Associação em 2008, visando fortalecer suas atividades e se organizar. Participaram do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), com o objetivo de garantir a venda da produção como também diminuir a atuação de atravessadores da produção local. A constituição da associação consolidou atividades como: fundos rotativos solidários, produção agroecológica, atividades coletivas, entre outras. Desta forma, a experiência da comunidade com o PAA, no período de 2010 até 2015, proporcionou aos agricultores a comercialização de 271.712 kg de produtos, representando um valor de R\$ 294.671,76.

Os produtos comercializados através do programa foram: feijão verde, manga, laranja, banana, jaca, milho verde, coentro, cebolinha, batata doce, macaxeira, abacate, maracujá, couve folha, limão, jerimum, batatinha, cebola e maxixe. O fornecimento ocorreu em prazos quinzenais, onde a comunidade organizava a coleta para pesar e realizar a entrega. A gestão administrativa para a participação no PAA foi realizada pelos filhos dos agricultores, que se responsabilizaram da elaboração do projeto, preenchimento das notas fiscais, assim como, do acompanhamento da sua execução.

Outro exemplo da participação de agricultores no Programa de Aquisição de Alimentos é o da Comunidade Chã de Barra. Localizada na zona rural do município de Alagoa Nova, dentro das normas estabelecidas para atender às exigências do PAA, cujo projeto obteve aprovação e encontra-se em andamento, buscou-se conhecer o processo para a entrega dos produtos e identificar de que maneira o trabalho do SESC através do Programa Mesa Brasil tem sido importante para os atores envolvidos. Durante a visita, foi possível conversar com a Presidente da associação, o Vice-presidente e com mais um dos agricultores envolvidos no projeto atual. Algumas questões foram propostas no intuito de coletar os dados. Para os entrevistados, a experiência de constituir a Associação já foi uma forma de organização que proporcionou benefícios à comunidade em geral. Sobre a participação no PAA, significou segurança da venda da produção, fator representativo porque antes tinham dificuldade neste processo, inclusive precisavam dividir o lucro com atravessadores. Assim que surgiu a oportunidade de participar do PAA, o projeto foi encaminhado à CONAB, responsável pela autorização. Após este processo a mesma encaminha ao SESC o parecer favorável para assegurar o recebimento dos produtos.

Segundo o vice-presidente da associação, antes era bem mais difícil vender sua produção. Saía de porta em porta oferecendo o que era colhido e muitas vezes o que gastava com transporte não compensava a venda e todo o esforço para produzir. “Agora tudo é muito organizado, revela. A CONAB autoriza os projetos, fiscaliza as produções

para garantir alimentos de qualidade, além de acompanhar o processo. Temos assistência da EMATER, e costumeiramente os técnicos nos visitam para dar orientações.”

O projeto dá prioridade a agricultoras, este em particular, conta com 21 agricultores, dos quais 42,86% são mulheres. Dos 21 agricultores participantes, 8 foram abordados neste trabalho, na análise de suas plantações, através da visita realizada e também com o auxílio de dados fornecidos pela EMATER. O valor total do projeto atual é R\$ 167.921,12 e o tempo de duração é de 1 ano, podendo ser prorrogado por mais 1. No gráfico1 é possível verificar os produtos referentes ao projeto, bem como, suas quantidades.

Os agricultores sempre trabalharam com o cultivo de plantações. Revelaram que por enxergar uma oportunidade de aproveitar a colheita de forma integral, como também receber um valor justo pela sua produção, resolveram aderir ao PAA. Para iniciar este processo é preciso estar com toda a documentação atualizada (a lista consta nos anexos deste trabalho). O primeiro projeto que a associação participou foi realizado em 2011, desde então já contrataram mais dois, considerando o atual. “Ficamos tranquilos porque não precisamos sair oferecendo os produtos, gastando com fretes que muitas vezes nem compensavam a venda” reforça a presidente da associação.

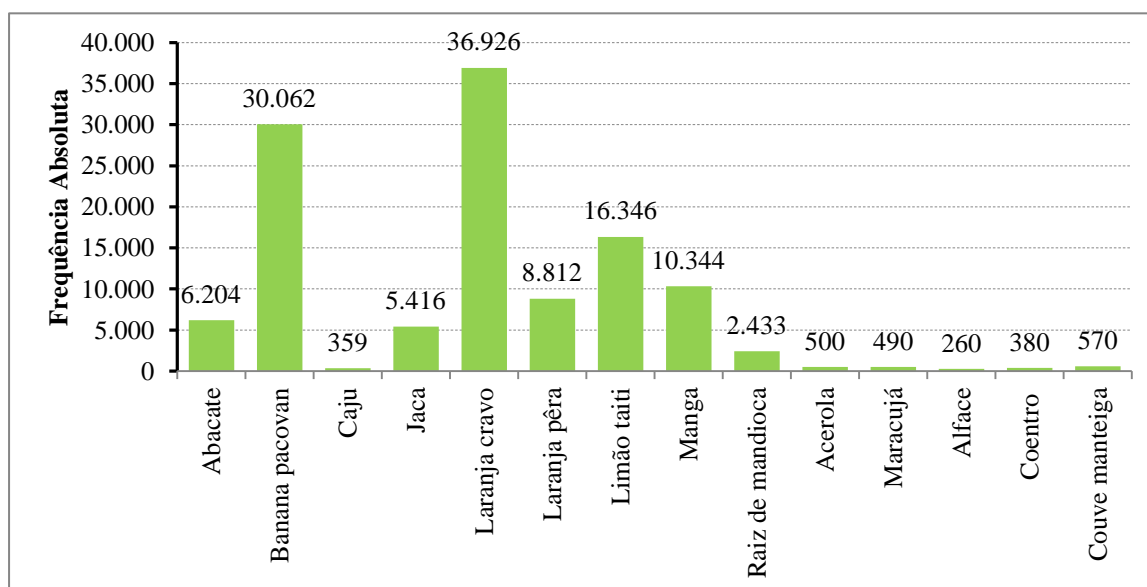


Gráfico: 1 – Quantidade de produtos correspondentes ao projeto Chã de Barra.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Como pode ser visto no gráfico nº 01 existe uma grande variedade de produtos incluídos no projeto. Sobre as culturas relacionadas, a EMATER realizou um estudo tendo o objetivo de orientar os produtores sobre como poderiam melhorar sua capacidade de produção, e também identificar quais seriam as formas adequadas para fazê-lo (a interpretação do estudo está no apêndice 3 deste trabalho).

Desta maneira se faz necessário que a unidade recebedora se caracterize como uma Entidade de cunho beneficente que atende pessoas carentes em situação de insegurança alimentar e nutricional, proporcionando melhoria na qualidade de vida da população. Assim, o PMBS – CG, promove a articulação entre a produção da agricultura familiar e a destinação dessa produção, visando o desenvolvimento da economia local e o atendimento direto às demandas de suplementação alimentar e nutricional dos programas sociais locais. Os objetivos do PMBS – CG são conquistados ao adquirir dos agricultores familiares produtos de base agroecológica por valores condizentes com sua qualidade, como também ao contribuir para a garantia do direito humano à alimentação proporcionando uma maior qualidade e diversificação na alimentação dos beneficiados acreditando que estas ações fortalecem a dinâmica associativa também no meio rural (SESC). Em 2015, o PAA foi responsável por 511.475, 57 kg do total de 861.011,00 kg distribuídos pelo Programa.

#### **4.3 Doadores da EMPASA (Campina Grande – PB)**

A EMPASA – Empresa Paraibana de Abastecimento e Serviços Agrícolas foi constituída pela fusão de CIDAGRO/CEASA/CIDHORT, por meio da Lei Estadual nº 5.398, de 15 de maio/1991, sendo pública de direito privado, patrimônio próprio, regida por estatuto interno e pelas disposições legais regulamentares que lhe forem aplicáveis, vinculada à Secretaria de Estado do Desenvolvimento da Agropecuária e da Pesca – SEDAP. Promove as tecnologias nos processos de manipulação, reunião, comunicação e comercialização de gêneros alimentícios, além de produtos e serviços de apoio do abastecimento, em benefício de produtores, distribuidores e consumidores. Suas dependências estão abertas ao público em geral para comercialização de segunda a sábado (EMPASA, 2016).

Os doadores da EMPASA são comerciantes de frutas, legumes e verduras. São responsáveis por grande parte dos alimentos conseguidos pelo PMBS – CG, visto que oferecem doações de segunda a sexta para a distribuição às organizações cadastradas. Em



entrevista realizada com os 143 doadores, cujo objetivo era descobrir os motivos que os levam a participar desta rede de solidariedade, foram coletados os dados descritos no gráfico 2:

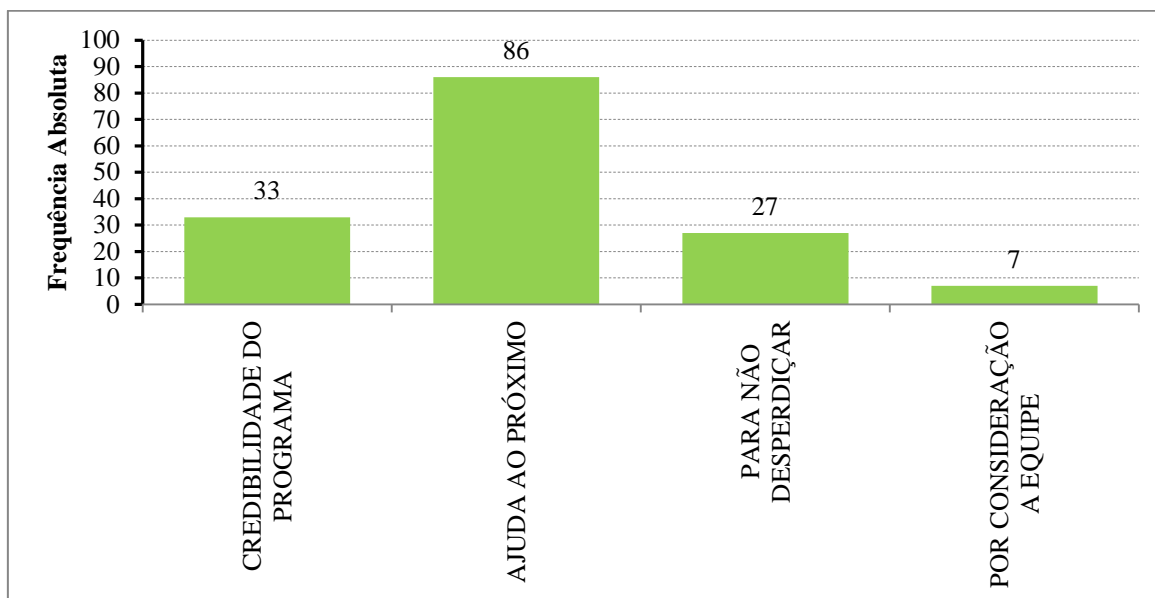


Gráfico2- Respostas dos doadores da EMPASA

Fonte: Elaborado pelo autor

Entre as respostas ao questionamento proposto, as quatro alternativas citadas foram a credibilidade do Programa; a ajuda ao próximo; o fato de não desperdiçar e a doação por consideração à equipe. Como podemos observar no gráfico 2, o fator que melhor representa as ações de solidariedade é a ajuda ao próximo, onde 86 entre os 143 doadores afirmaram ser este o motivo impulsionador para as doações feitas ao Programa.

#### 4.4 Doações dos Setores do SESC, Supermercados e Eventuais

Além dos alimentos que o PMBS – CG recebe através do PAA e dos doadores da EMPASA, conta também com a doação de supermercados da cidade e eventualmente de algumas empresas parceiras. É importante salientar que o PMBS – CG não recebe apenas alimentos. Desta forma a parceria com supermercados é muito importante, pois os artigos de higiene pessoal que são recebidos são doados a comunidade durante as palestras, inclusive as que tratam sobre temas relacionados à higiene. Outra maneira de arrecadação de alimentos para o programa é através dos eventos realizados pelo SESC, em que o ingresso é revertido em quilos de alimentos para o Mesa Brasil.

#### 4.5 Documentação exigida para inserção no PMBS - CG

Para que uma instituição social possa ter acesso aos alimentos doados pelo Mesa – CG é necessário cumprir algumas determinações na realização do cadastramento, que se dará conforme a exigência de documentos, preenchimento de formulários e de visita técnica. Para tanto será necessário:

- ✓ Encaminhar ofício a gerencia da unidade SESC, Sr. Joseilton Adalberto de Souza, solicitando a parceria com o Mesa Brasil;
- ✓ Entregar a cópia dos seguintes documentos:
  - Estatuto, além de documentos que indiquem alguma alteração do mesmo;
  - Ata de posse;
  - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica;
  - Plano de ação; RG, CIC e Comprovante de endereço;
  - Cadastro atualizado no CMAS – (Conselho Municipal de Assistência Social);
  - Em 2015, passou a ser solicitado o Cadastro de Famílias atendidas pelas instituições, conforme modelo apresentado na figura 2, onde consta o nome do representante de cada família, o nome de sua mãe, o nº do NIS (Documento obrigatório para ter acesso aos alimentos provenientes do PAA), além do número de pessoas da residência nas cinco faixas de idade apresentadas.

CADASTRO DE FAMÍLIA									
NOME DA ENTIDADE: _____					CNPJ: _____				
ENDEREÇO: _____					TELEFONE: _____				
RESPONSÁVEL LEGAL: _____					DATA: ____ / ____ / ____				
Nº	Nome do Chefe de Família	Nome da Mãe do Chefe de Família	Endereço	NIS	Nº de Pessoas / Idade				
					0 a 06	07 a 14	15 a 23	24 a 65	(+) 65

Figura 2 - Cadastro de Família – adaptado.  
Fonte: CONAB

O cadastro de famílias surgiu com o propósito de atender a determinação da CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento) e do MDS (Ministério de Desenvolvimento Social) pretendendo, desta forma, comprovar a destinação dos alimentos entregues por meio do PAA ao segmento da sociedade que o governo deseja atender, podendo ainda, estabelecer relação entre as doações e as faixas de idade da população que está sendo beneficiada. Além de ser uma forma legítima de comprovar a destinação, garante a eficiência no controle e reforça a credibilidade no cumprimento do objetivo pretendido, através das ações dos participantes envolvidos no processo.

Com relação ao CMAS – Conselho Municipal de Ação Social, no município de Campina Grande, existe atualmente 289 instituições cadastradas. O CMAS é um Conselho Municipal que regula as regras e aplicação de recursos da assistência social em cada município. Desta forma 40,48 % das instituições que possuem cadastro no conselho da cidade são atendidas pelo Mesa.

Assim, quando as instituições interessadas em aderir ao Programa, providenciam todos os documentos necessários, solicita o agendamento de uma visita da Coordenadora do Programa, e da Nutricionista do mesmo, com o objetivo de avaliar a instituição, sua forma de atendimento, conhecer suas necessidades e importância dentro da comunidade em que atua, além de identificar seu público alvo. Traçado o perfil, a equipe irá verificar a melhor forma de atendimento, dentro de suas possibilidades, indicando ou não a data para início da parceria. Nesta etapa são apresentadas as orientações necessárias para que o gestor da instituição tome conhecimento de como funciona as normas do Programa e o processo de recebimento das doações.

Em 2015, o Mesa Brasil SESC - CG prestou atendimento a cento e dezessete instituições, das quais sessenta eram sistemáticas e cinquenta e sete eventuais. As sistemáticas são as instituições que recebem doações semanalmente, conforme agendamento prévio. As eventuais aguardam a chegada de grandes volumes de produtos que possibilitem atender além das sistemáticas, suas demandas. A distribuição é feita com base na quantidade de pessoas cadastradas nas instituições receptoras, para garantir a divisão justa, já que o número de atendidos pelo programa ao longo dos seus 12 anos de atuação é bastante expressivo. Tal afirmação se justifica quando relacionamos a quantidade de beneficiados pelo programa com o número de pessoas inscritas no CADÚNICO da cidade.

Este é um cadastro, direcionado aos Programas Sociais do Governo Federal como instrumento capaz de identificar, bem como, caracterizar as famílias de baixa renda, permitindo conhecer a realidade socioeconômica dessa população. Nele são registradas várias informações como identificação de cada pessoa, escolaridade, situação de trabalho e renda, características da residência, entre outras.

O gráfico 3 revela o número total de pessoas que possuíam registro no CADÚNICO na cidade de Campina Grande – PB, no período de 2015 (em que o total da população representava 405.072 pessoas) e quantas além de possuir este registro estavam também inscritas em alguma das instituições atendidas pelo PMBS – CG no mesmo período. Desta forma quase metade da população da cidade estava inserida no contexto de baixa renda.

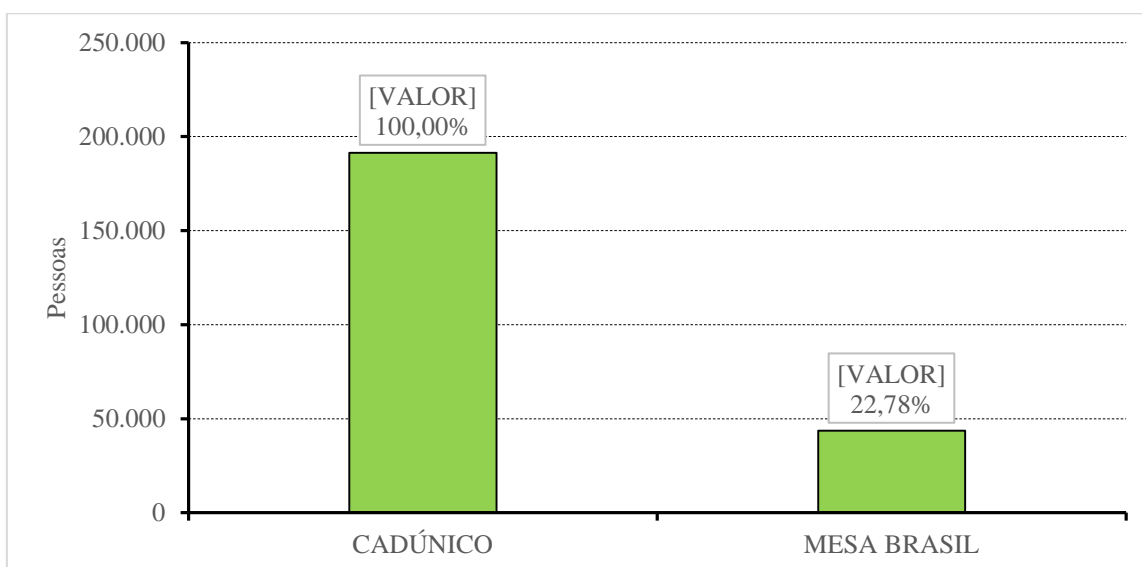


Gráfico 3 – Nº de inscritos no CADÚNICO e no PMBS – CG com NIS em 2015.  
Fonte: SAGI e PMBS – CG

Desta forma o gráfico 3 mostra a representatividade da ação do PMBS – CG na cidade, diante do contexto geral de famílias inseridas na condição de baixa renda. O número de pessoas beneficiadas através da atuação do programa em 2015 (43.604) revela o atendimento a (22.78 %) do número total de pessoas cadastradas no CADÚNICO (191.374) no mesmo período, considerando as quatro divisões per capita do público de baixa renda, conforme verificado no gráfico 4:

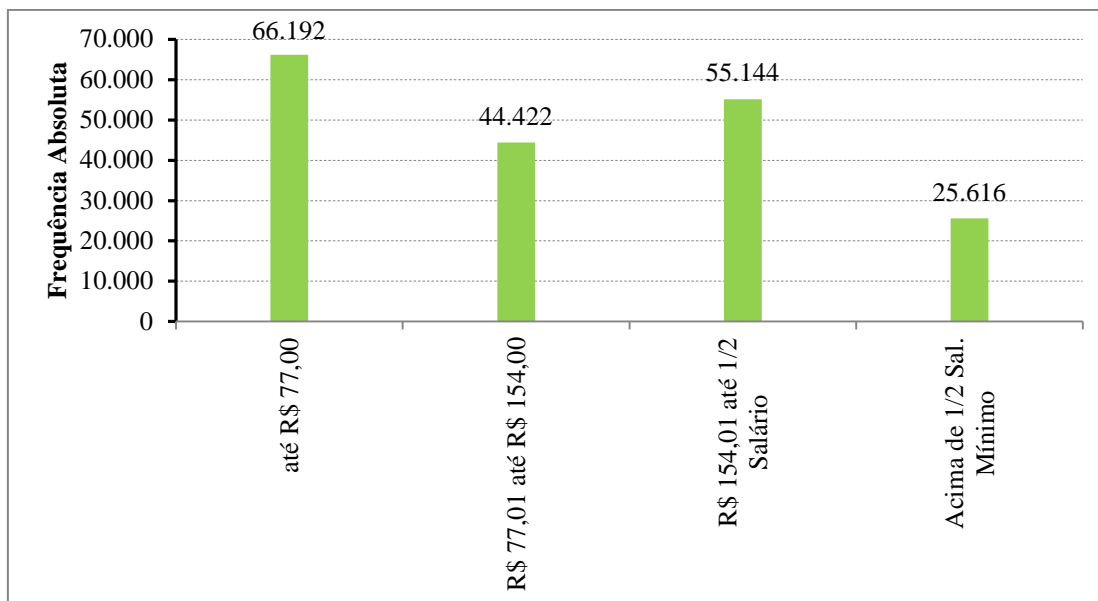


Gráfico 4: Famílias cadastradas no CADÚNICO por faixa de renda per capita (baixa renda).

Fonte: Elaborado pelo autor (SAGI).

Desde 2003 o CADÚNICO se tornou o principal meio para que o Estado brasileiro possa selecionar e incluir as famílias de baixa renda em programas federais, sendo uma condição obrigatória para a concessão de benefícios como o Programa Bolsa Família, Tarifa Social de Energia Elétrica, Programa Minha Casa Minha Vida, bolsa verde, entre outros. Pode também ser utilizado para seleção de beneficiários de programas ofertados pelos governos estaduais e municipais, desta forma, funciona como porta de entrada para que as famílias tenham o devido acesso às políticas públicas (SAGI).

É necessário observar que o contexto apresentado considera apenas as pessoas que estão cadastradas em alguma das instituições atendidas pelo PMBS – CG e que também possuem cadastro no CADÚNICO, já que algumas instituições atendidas pelo PMBS - CG não necessita apresentar esta informação de seus associados, como por exemplo, as casas de apoio que abrigam idosos, visto que, utilizam o alimento proveniente das doações diretamente nas refeições servidas a estes, sem realizar distribuição entre pessoas da comunidade, não sendo obrigatório o cadastro do CADÚNICO por parte destes. Isto revela que a participação do PMBS – CG é superior à análise confrontada, por atender além dos já relacionados (possuidores do NIS), cerca de 4.000 pessoas que podem ou não possuir este cadastro.

Com relação ao perfil das instituições atendidas pelo PMBS - CG foi realizado um questionário no qual 77 entre os 117 gestores de instituições, responderam as alternativas,

proporcionando a coleta de dados importantes, como por exemplo, quais as maiores dificuldades enfrentadas por eles e também quais as ações desenvolvidas em benefício da comunidade. Verificou-se que em sua maioria são compostas por Associações e Clubes de mães, considerando as sistemáticas e as eventuais como pode ser observado no gráfico 5:

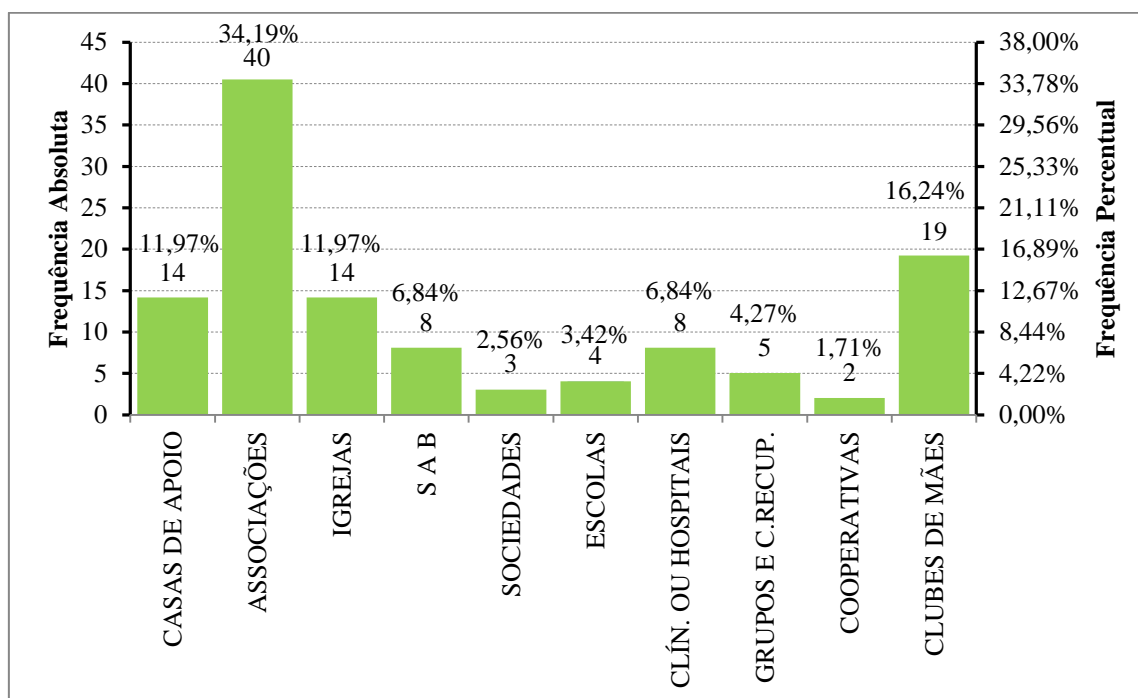


Gráfico 5 – Perfil das Organizações cadastradas no MBS-CG

Fonte: Elaborado pelo autor

Como podemos observar através do gráfico 5, as instituições cadastradas no PMBS – CG possuem um perfil bastante variado, atendendo aos mais diversos públicos. Algumas delas atuam no atendimento a idosos, outras a crianças, algumas a pessoas portadoras de deficiência ou ainda patologias. Realizam também atendimento aos jovens, bem como a recuperação de viciados e promovem ações de reciclagem em benefício do meio ambiente. A mais antiga das organizações inscritas no Programa atua desde 1962, é uma Sociedade de Amigos de bairro. Por apresentarem um número considerável, surgiu a ideia de realizar um trabalho articulado entre elas, em que poderiam construir parcerias, como também compartilhar informações, experiências e serviços. O projeto está em fase de desenvolvimento, onde o PMBS- CG será o mediador das relações instituídas, promovendo diálogos sempre no intuito de fortalecê-las. O trabalho da “construção de redes” formado entre as instituições tem o objetivo de promover o engajamento dos líderes através de suas

ações, por acreditar que estes possuem um papel fundamental a ser desempenhado no espaço em que atuam, contribuindo para o desenvolvimento social.

No que se refere às maiores dificuldades enfrentadas por estas instituições, constatou-se através das respostas a falta de um transporte, como também de um lugar adequado para as reuniões e realização de atividades. Algumas das instituições atendidas pelo programa realizam atividades entre os associados, geralmente relacionadas às áreas artística, cultural e em maior número artesanal. Dentre as mesmas, existem também aquelas que desempenham outros tipos de atividades, como palestras, dinâmicas em grupo, cursos profissionalizantes e de capacitação. Através do gráfico 6, pode-se identificar a quantidade de entidades que desempenham tais atividades, assim como o tipo de atividade desenvolvida.

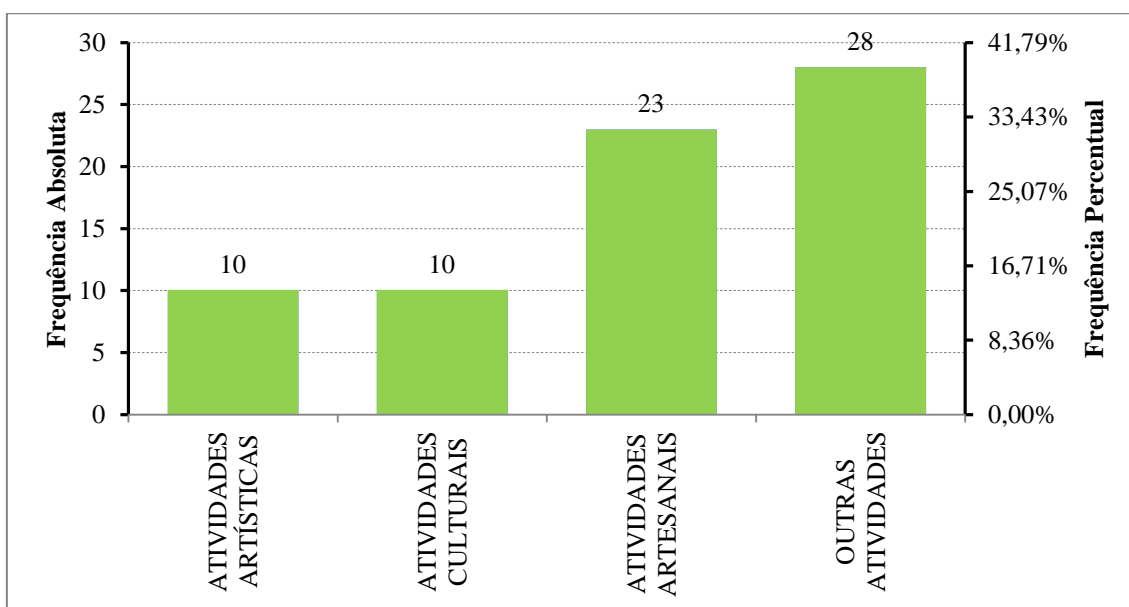


Gráfico 6: Atividades das instituições

Fonte: Elaborado pelo autor.

As atividades realizadas na comunidade em geral propiciam uma educação transformadora, capaz de despertar o interesse pela arte, cultura, empreendedorismo e o mais importante, proporciona crescimento pessoal aos participantes, ao todo 71 organizações trabalham com algum tipo de atividade. Quando questionados em relação ao ponto forte, os gestores das organizações citaram algumas opções como: combate à fome, união, acolhimento, entre outras, que poderão ser comparadas através do gráfico 7.

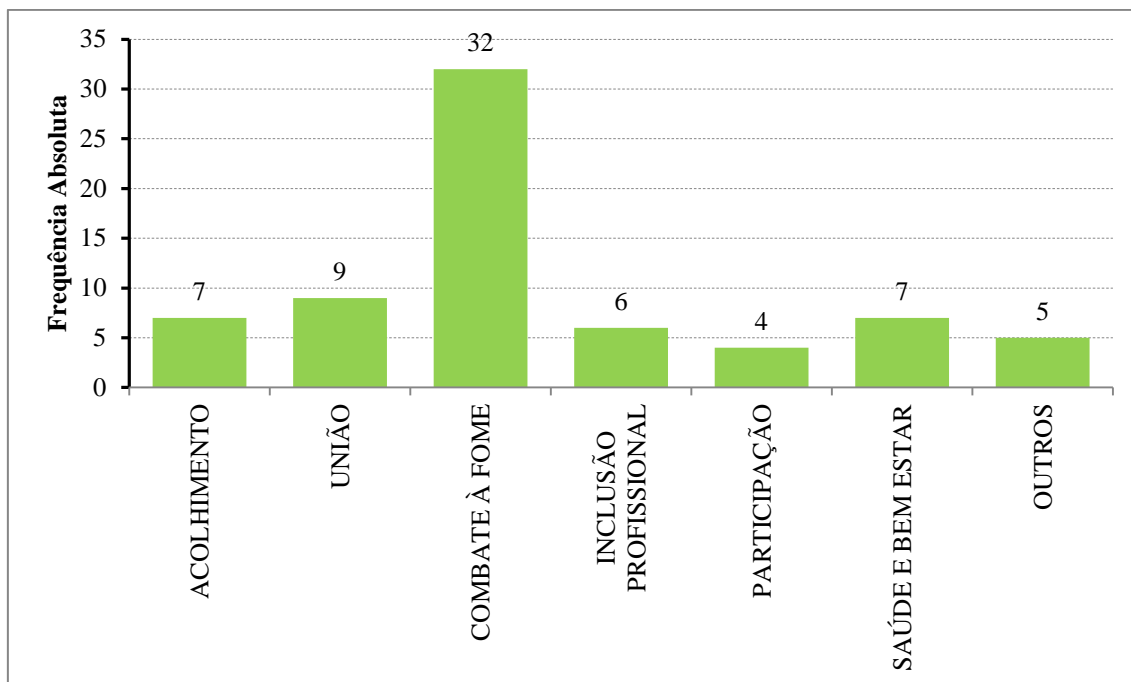


Gráfico 7: Pontos fortes das instituições  
Fonte: Elaborado pelo autor.

Segundo o gráfico 7, entre as respostas obtidas, a que alcançou o índice mais elevado foi o combate à fome, o que retrata a difícil realidade enfrentada pelos beneficiários do Programa. Alguns gestores relataram casos em que pessoas até passam mal enquanto aguardam a chegada dos alimentos. Outros relatam que sem a ajuda do Programa não seria possível continuar suas ações, pois entendem que a doação do alimento é fundamental para a complementação das refeições de várias famílias.

#### 4.6 Principais Ações do PMBS – CG

**O Projeto Integração e Saúde na EMPASA** é realizado com o apoio da atividade de Educação e Saúde do SESC, que objetiva promover ações baseadas em orientação e prevenção da saúde. Busca fortalecer as relações existentes e criar oportunidades de novas captações de doadores. Oferece aferição de pressão arterial, glicemia e avaliação nutricional. Em 2015 houve a participação de uma equipe de cabeleireiros do SENAC, oferecendo cortes de cabelos. O público alvo para esta ação foi composto pelos doadores da EMPASA e totalizou 180 atendimentos.

**O Projeto SESC Festejos** investe na parceria entre doadores e receptores, com informação, momentos de descontração e interação entre os mesmos. Nele são



comemorados o Dia das Mães, a Páscoa, o São João e o Dia dos Pais, gerando um bom número de participantes. No ano de 2015;

- O Dia das Mães foi comemorado entre as mães doadoras da EMPASA, com dinâmicas recreativas, leitura de mensagens, apresentações culturais, sorteio de brindes e distribuição de lanches. Contou com a participação de 20 pessoas.
- Durante a comemoração da páscoa foram distribuídas lembrancinhas e mensagens a cada um dos doadores do PMBS – CG.
- Na comemoração do São João, houve a apresentação de trios de forró na EMPASA, realizada em parceria com o Setor de Cultura do SESC. Para a comemoração junina também foi organizado o ARRAIÁ do SESC, que aconteceu no próprio SESC Centro, durante o período de uma semana, onde artistas se apresentaram. O acesso se dava através de 2 kg de alimentos, que seriam doados ao PMBS - CG. Os permissionários da EMPASA, assim como, representantes das instituições receptoras e pessoas da comunidade constituíram o grande público desta ação, que contou com a participação de 150 pessoas.
- O Dia dos Pais foi comemorado com a entrega de lembrancinhas e mensagens aos doadores do PMBS - CG, o número total de participantes foi de 180 pessoas.

**O Projeto Geração de Renda** é voltado a inclusão social, na promoção de atividades para geração de renda dos desempregados. É realizado pelas estagiárias do Programa Mesa Brasil incentivando o trabalho manual. Na realização das oficinas artesanais são utilizados materiais de baixo custo, assim como, palitos de picolé, argolas de plástico, folhas de EVA, rolos de papel higiênico. As ações consistem na produção de objetos, utilizando matéria prima comum e de baixo custo como as que foram relacionadas, no sentido de que as pessoas tenham facilidade na hora de consegui-las para executar o trabalho. Geralmente o público alvo destas ações são adolescentes e adultos. Em 2015, o número de participantes chegou a 164. As ações são realizadas em diversas associações cadastradas no Programa Mesa Brasil - CG, atendendo a várias comunidades, após agendamento prévio.

**O Projeto de Prestação de Contas** é realizado diante das equipes do PMBS da Paraíba, com a apresentação do balanço anual das ações promovidas e seus respectivos resultados (arrecadação e distribuição de alimentos). É um momento de confraternização e descontração entre doadores, representantes das instituições receptoras e parceiros. Desta forma, fortalece as parcerias existentes, além de reafirmar o compromisso social.

Existe ainda a ação integrada SESC e CDO (Companhia de Obras do Brasil) esta parceria nacional é realizada em mais de 50 cidades em todo o país e tem o objetivo de separar um dia no ano (Dia Nacional da coleta de Alimentos), para realizar a coleta de alimentos não perecíveis através da colaboração de pessoas físicas da sociedade civil. A ação é realizada em supermercados no dia escolhido. Os alimentos arrecadados são direcionados aos Bancos de Alimentos conveniados nas cidades participantes. Em Campina Grande, no ano de 2015 foi realizada no Supermercado Ideal onde trabalharam 20 pessoas como voluntárias. A arrecadação de 800 kg foi distribuída para 18 instituições cadastradas no Mesa Brasil.

**O Seminário Mesa Brasil SESC** é um evento realizado anualmente, geralmente no mês de agosto, durante três dias, direcionado ao público das áreas de Nutrição e Serviço Social, receptores do Programa e pessoas da comunidade. O Seminário promove palestras e apresentações culturais com o objetivo de esclarecer questões relacionadas às áreas abordadas. O evento é realizado no auditório do SESC Centro em Campina Grande e sempre inscreve cerca de 300 participantes. O projeto acontece desde 2012 e apresenta a cada ano temas relevantes, são eles:

- Em 2012, Alimentação adequada e inclusão social: direito de todos, dever da nação;
- Em 2013, Segurança alimentar e nutricional: um desafio para o Programa Mesa Brasil SESC;
- Em 2014, “Reeducação alimentar e consumo sustentável: compromisso com o desenvolvimento social”;
- Em 2015, “Desafios e novas perspectivas para a promoção da alimentação adequada”.

Em relação à valorização dos recursos humanos anualmente o MESA promove o **Encontro de desenvolvimento profissional e valorização dos recursos humanos**. É um dia em que a equipe se encontra para discutir as ações realizadas durante o trabalho. Um

momento em que refletem o que pode ser melhorado, o que deixou de ser feito, o que pode se fazer, enfim, tem o objetivo de melhorar e fortalecer as práticas da equipe. Durante o evento são realizadas dinâmicas, palestras, com intervalo para lanche, sorteio de brindes, como também apresentação de vídeos. Nele participa toda a equipe Mesa Brasil SESC – CG, ou seja, 18 pessoas.

**O projeto encontro de equipes**, reúne as equipes da Paraíba anualmente para um momento de interação, onde acontece a troca de experiências vivenciadas durante todo o ano. É uma oportunidade de fortalecer as equipes, aprender a superar desafios e buscar a melhoria dos processos.

Sobre as **ações educativas**, as oficinas de aproveitamento integral dos alimentos procuram transmitir o cuidado que deve ser tomado durante a manipulação dos alimentos, bem como, do seu aproveitamento integral. A proposta é que em um primeiro momento haja uma discussão sobre o trabalho realizado pelo PMBS – CG, com embasamento teórico, focando nas práticas de combate à fome e ao desperdício, promovendo também através do conhecimento a melhoria da qualidade de vida dos participantes. Durante as oficinas as preparações são desenvolvidas pela nutricionista do Programa e estagiárias, enquanto isto, prossegue a discussão por parte dos presentes sobre a percepção quanto ao tema abordado. A conclusão da ação é realizada com a degustação das receitas trabalhadas entre os participantes.

As receitas utilizadas nestas ações são as mais diversas: bolo de casca de banana, bolinho de cascas de legumes, refrigerante caseiro, brigadeiro de macaxeira, entre outras. A realização de palestras com temas em nutrição aborda questões importantes para a comunidade como: a higiene dos alimentos, doenças crônicas não transmissíveis, alimentos consumidos na páscoa, nutrição na saúde da mulher, 10 passos para a alimentação saudável, entre outras. Em 2015 estas ações alcançaram um público de 436 pessoas.

As palestras voltadas aos temas no âmbito do Serviço Social buscam levar o conhecimento de acordo com a necessidade da instituição participante, para isto, os temas podem ser desenvolvidos nas mais diversas áreas, como por exemplo: higiene pessoal e do lar; violência contra a mulher; preservação ambiental; escassez de água; benefícios sócio assistenciais; direitos e deveres do cidadão, PMBS, entre outros. Estas ações tiveram 410 participantes no ano de 2015.

Com relação às **visitas de monitoramento às instituições**, esta ação tem o intuito de acompanhamento e orientação das atividades prestadas nas instituições atendidas pelo

PMBS – CG. É realizada por profissionais das áreas de nutrição e serviço social que analisam entre outros aspectos, o processo de armazenamento dos alimentos, cuidados com a higiene e manipulação, assim como, a realidade social buscando intervir para a melhoria da condição de vida.

A evolução do Programa Mesa Brasil SESC – Campina Grande (PMBS – CG) foi estabelecida através da responsabilidade compartilhada entre os participantes do processo. É fundamental para tanto reforçar o direito à alimentação enquanto um direito previsto na Constituição, entre os direitos sociais, com vistas a uma política de distribuição equitativa de alimentos, podendo garantir a todos, de igual modo, o acesso permanente aos alimentos, bem como, em quantidade e qualidade adequadas. Desta maneira, o Mesa busca redirecionar o desperdício e o excedente de alimentos com o surgimento de um elo entre doadores e receptores, fazendo crescer o interesse na captação de novos doadores, assim como a fidelização dos parceiros colaboradores, e ainda trabalha a conscientização dos parceiros receptores sobre a importância das doações recebidas e a melhor forma para o seu aproveitamento (SESC). Diante de todas as ações prestadas pelo PMBS – CG, ao longo dos anos, é facilmente identificável sua relevância, uma vez que tem alcançado resultados expressivos na cidade, como pode se observar através do gráfico 8:

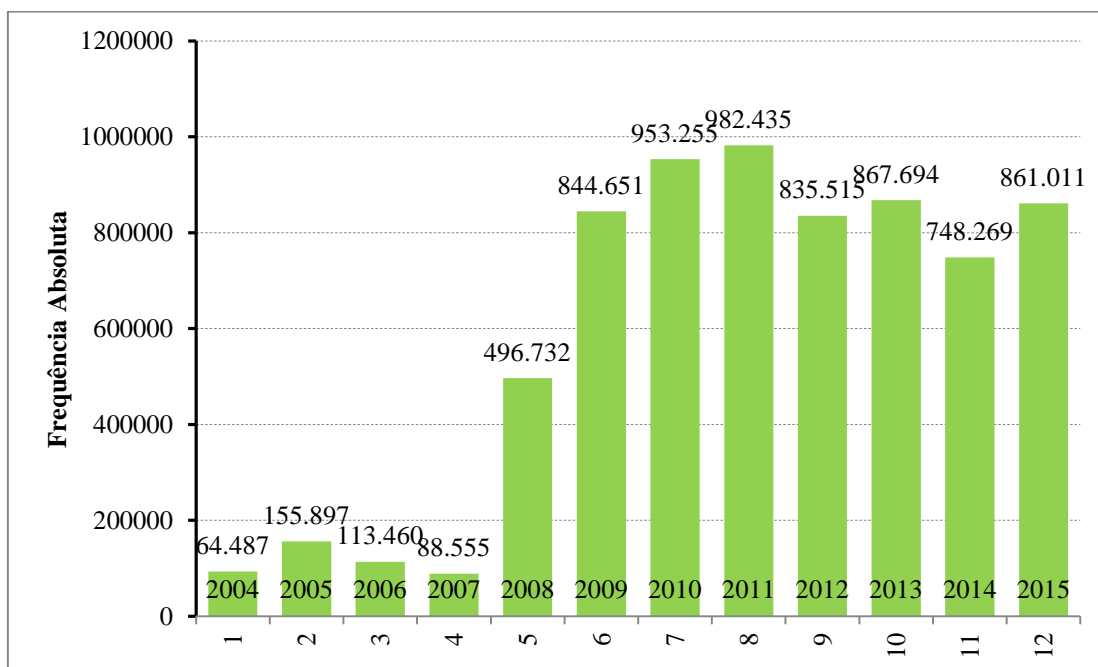


Gráfico 8 – Evolução do Programa Mesa Brasil – SESC, nos primeiros 12 anos de atuação na cidade de Campina Grande – PB.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Dentro do período analisado, as arrecadações apresentaram maior volume no ano de 2011, o programa tem conseguido fidelizar seus parceiros, como também tem se mobilizado na busca de novos doadores para manter o atendimento aos milhares de beneficiados. O total de quilos de alimentos arrecadados pelo programa ao longo de seus 12 anos é de 7.011.961.

**O Projeto Domingo no Parque** realiza atividades junto à comunidade, dentro da programação das ações prestadas pelo SESC. Este é um projeto do Setor de Cultura, no qual o Mesa Brasil participa através da apresentação e divulgação do Programa, como também com dicas sobre alimentação saudável. Este é geralmente realizado no Parque da Criança.

#### **4.7 Depoimento de Beneficiários**

Os beneficiários do PMBS – CG, são pessoas carentes da comunidade. O perfil do público atendido é bastante variado, uma vez que as instituições cadastradas no Programa atuam em diversas áreas. Desta forma, alguns são idosos que se encontram em abrigos, outros crianças, outros adolescentes que estão em recuperação nas casas de apoio. Tem também algumas pessoas que estão em hospitais públicos e os que participam de organizações que defendem direitos. Além dos que já foram citados, grande parte dos beneficiários estão cadastrados nos Clubes de Mães, como em Sociedades de Amigos de Bairro. Durante a visita à Sab da catingueira, foram obtidos alguns depoimentos, como por exemplo o da primeira beneficiária entrevistada, que afirmou ter 69 anos, ser viúva e morar no bairro da catingueira. A mesma reside só e é aposentada. Revela que estudou até a 3ª série. Sofre com problemas de pressão e diabete. Sobre a alimentação afirma que faz três refeições por dia e que a doação do Mesa Brasil é muito bem vinda, pois ajuda a toda a comunidade que é carente e realmente precisa desse apoio.

Já a segunda entrevistada, tem 60 anos, é solteira e participa ativamente das atividades prestadas na SAB de seu bairro. Sua família é composta por quatro pessoas. A aposentada é a principal responsável pelo sustento de todos, apesar de duas pessoas da família trabalharem, a mesma reforça a importância da ajuda oferecida pelo Mesa Brasil, pois como ganham o salário mínimo geralmente a renda é gasta com despesas diversas, não sobrando muito para a alimentação. Faz três refeições por dia e procura evitar o desperdício.

A terceira entrevistada, tem 71 anos, é casada, natural de Alagoa Nova, mora em Campina Grande, revela ter estudado até a 3ª série e sua família é composta por 7 pessoas, das quais uma é deficiente. Sua filha sofreu um derrame cerebral que a fez perder a visão aos 10 anos e hoje aos 19 recebe um benefício do governo, mas sua renda é insuficiente para tantas despesas. Desta forma, a mãe procura ajudar com sua renda que também é de um salário mínimo. Mesmo assim afirma que às vezes não vai buscar as doações porque sabe que na comunidade existem pessoas que passam muita dificuldade e que precisam ainda mais desta doação.

Para a quarta entrevistada, o Mesa desenvolve um papel muito importante dentro da comunidade, tem 76 anos, é casada e sua família é composta por 3 pessoas. O principal responsável pelo sustento da família é o seu esposo que trabalha como agricultor. A renda da família chega a aproximadamente dois salários mínimos quando soma com sua aposentadoria. A mesma informa que fazem pelo menos três refeições por dia e que a ajuda do Programa é essencial para a complementação destas.

Através da realização das entrevistas com as beneficiárias do Programa, foi observada a necessidade desta ação de complementação das refeições para as pessoas carentes da comunidade, visto que todas enfatizaram este aspecto e justificaram não dispor de renda suficiente para suprir esta carência.

#### **4.8 Dificuldades existentes para o funcionamento do Programa**

Havia a necessidade de contratar um novo auxiliar administrativo, visto que a equipe estratégica contava com apenas 6 pessoas, dificultando a operacionalidade do Programa, dada a sua crescente atuação. Em 2014 o problema foi resolvido e a equipe passou a funcionar com 7 pessoas. Atualmente, o mesmo não enfrenta grandes dificuldades, porém alguns fatores operacionais podem ser melhorados, visto que no Programa foi observada a carência de material informativo e um recurso audiovisual adequado (filme institucional) para utilização na divulgação do mesmo e na captação de novos doadores. Outro aspecto observado foi a falta de um computador para uso exclusivo das estagiárias do Programa. De modo geral, durante a observação não foi percebida nenhuma grande dificuldade que seja capaz de comprometer a eficiência das ações promovidas.

**CAPÍTULO 5:**  
**CONSIDERAÇÕES FINAIS**

---

Dentro do contexto em que as organizações do Terceiro Setor estão inseridas, no que se refere à sua multiplicidade, ao crescimento do número de organizações no país, bem como a sua crescente representatividade, esta pesquisa procurou resgatar a importância das ações sociais por elas praticadas, em suas diversas formas, ao longo do tempo, como também identificar os objetivos comuns, agindo para a realização de fins públicos, através das diversas áreas de atuação. São as ações de solidariedade nas quais estão firmadas, que movem cada um dos atores sociais participantes a atuar neste setor, que é reconhecido como eficiente na realização de políticas públicas, não substituindo o papel do Estado ou do Mercado, mas sendo complementar a estes.

Desta forma, diante da atuação deste setor na área de Assistência, aspecto que ganhou força a partir das mobilizações sociais ocorridas no século XX, como também no que se refere à fome, que passou a ser entendida enquanto um problema social, por influência das iniciativas de Josué de Castro, buscou-se estudar sobre o tema, visto que este representa um dos maiores problemas enfrentados no país, devido as desigualdades sociais.

O Programa Mesa Brasil em Campina Grande se estabeleceu dentro das condições permitidas se tornando um espaço de solidariedade, reunindo esforços para o enfrentamento da fome, como também do desperdício de alimentos e ao mesmo tempo, se adaptando aos contextos reais do ambiente em que está inserido, ao passo em que incentivou a ação educativa. A pesquisa permitiu identificar os atores sociais participantes de todo o processo e conhecer suas contribuições para o combate à fome.

Através da visita realizada aos Agricultores que fornecem produtos ao programa através do PAA, dentro da parceria estabelecida com o PMBS – CG e a CONAB, foi possível verificar o processo de colheita e armazenamento dos produtos, conhecendo os motivos que impulsionam os agricultores a participarem desta ação, além da maneira como se realiza o processo de entrega. Percebeu-se que para estes atores o Programa possibilita a realização de uma ponte entre doador e beneficiários, da qual eles são a peça fundamental, por produzir o alimento que será doado. Há também que se considerar o benefício de ter a renda assegurada, através da venda dos produtos ao governo, gerenciada pela CONAB. Além do fortalecimento da agricultura familiar, toda esta relação ainda tem outro fator benéfico, que é a contribuição para o abastecimento interno de alimentos. Também foi possível verificar que somente em 2015, os produtos recebidos por meio do PAA totalizaram 511.475,57 kg, resultado expressivo quando comparado ao total distribuído no mesmo ano (861.011,00 kg).



Em um segundo momento, buscou-se identificar a participação dos doadores da EMPASA, hortifrutigranjeiros, que colaboram com as iniciativas do programa de forma diária, através da doação de itens variados. Os mesmos revelaram que a ajuda ao próximo é o principal motivo de suas colaborações, mostrando como pessoas conscientes de seu papel social, tomam a iniciativa e buscam amenizar o problema que a fome representa. Estes são responsáveis por grande parte das ações realizadas pelo Mesa Brasil, sua colaboração é essencial para a existência do Programa.

A participação dos supermercados da cidade, com frequência diária, é um fator relevante para a ação social desenvolvida pelo Mesa Brasil, pois permite muitas vezes a distribuição de itens de higiene pessoal, que se realiza durante as palestras oferecidas pelo programa. Estes atores incentivam as práticas sociais, colaborando para manter as doações.

Existe ainda, a arrecadação de alimentos através dos eventos realizados pelo SESC, (Setor de cultura e educação), em que o ingresso é revertido em quilos de alimentos gerando um grande número de atendimentos para as instituições. Por fim, as doações de empresas ou pessoas físicas que se tornam colaboradoras, quando participam eventualmente de algum projeto realizado pelo Programa, doando algum tipo de item ou serviço, são transformadas em benefício para pessoas carentes. Desta forma os atores sociais participantes do processo de entrega ou doação de alimentos, foram identificados com base em suas ações e contribuições dentro do Programa.

Quanto as instituições cadastradas, chamadas de receptoras, possuem várias formas de atuação, principalmente no combate à fome, atendendo públicos diferenciados e ainda promovendo atividades culturais, artesanais, entre outras, incentivando as práticas educativas. Também foi percebido através de relatos dos gestores a necessidade dos associados em receber o alimento, diante da dificuldade enfrentada nas comunidades. Sobre os beneficiários atendidos, que são a razão de todo o esforço despendido, estes afirmam que as doações recebidas representam muito, já que não possuem condições suficientes para atender todas as suas demandas, ficando comprometida a alimentação. Em relação as dificuldades enfrentadas pelo Mesa Brasil, nenhuma das questões observadas comprometem o bom desempenho do Programa.

Através da avaliação feita pela comparação entre o número de pessoas cadastradas no CADÚNICO (191.374), consideradas como de baixa renda e no Mesa Brasil (43.604), possuindo este cadastro, foi possível descobrir a participação do Mesa (22,78%) numa perspectiva ampliada, em relação à cidade. Outra comparação foi realizada, em torno do

número de Instituições cadastradas no Mesa Brasil (117) em relação ao total de Instituições cadastradas no CMAS – Conselho Municipal de Assistência Social da cidade (289). Tornando possível conhecer o total de instituições atuantes na cidade e quantas destas estão sendo atendidas pelo Programa (40,48%).

A pesquisa atingiu os objetivos propostos, visto que, identificou os atores sociais participantes do processo de coleta, distribuição e recebimento de alimentos, além de suas contribuições para o combate à fome na cidade. Também identificou os processos necessários ao funcionamento do Programa e sua evolução no período de atuação. Desta forma, devido à importância do tema, é necessário considerar que novas pesquisas nesta área tem grande possibilidade de contribuir para a melhoria do desempenho das ações no combate à fome, uma sugestão seria ampliar essa pesquisa por regiões, já que se trata da atuação de um Programa a nível nacional, possibilitando ampliar o conhecimento sobre o tema.

## **REFERÊNCIAS**

---

ABONG. **Números e dados das fundações e associações privadas sem fins lucrativos no Brasil** – Pesquisa FASFIL 2010. Disponível em: <<http://www.abong.org.br/ongs.php?id=18>>. Acessado em: 09/04/2016

ALBUQUERQUE, Antônio Carlos Carneiro de. **Terceiro Setor: História e Gestão de Organizações**. São Paulo: Summus Editorial, 2006.

ANDRADE, Renato. **Serviço Social, Gestão e Terceiro Setor: Dilemas nas Políticas**. Saraiva. 2015.

BELIK, W.; SILVA, J. G. da; TAKAGI, M.. Políticas de Combate à Fome no Brasil. **São Paulo em perspectiva**. v. 15, n. 4, out/dez 2001. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-88392001000400013>>. Acessado em: 15 de dezembro 2015.

BRASIL. **LEI nº 13.019, DE 31 DE JULHO DE 2014**. Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil. Diário oficial (da) República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/113019.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113019.htm)>. Acessado em: 11 de maio de 2016.

BRASIL. **LEI nº 13.204, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2015**. Altera a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, “que estabelece o regime jurídico das parcerias voluntária entre a administração pública e as organizações da sociedade civil”. Diário oficial (da) República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13204.htm#art2](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13204.htm#art2)>. Acessado em: 11 de maio de 2016.

CABRAL, Eloisa Helena de Souza. **Terceiro Setor Gestão e Controle Social**. São Paulo. Saraiva. 2015.

CARDOSO, Ruth. Fortalecimento da Sociedade Civil. In. ROHRIG, Christine (Coord.). **Terceiro Setor: Desenvolvimento Social Sustentado**. Rio de Janeiro, 2 ed.2000, p 7-12.

CARVALHO, Débora Nacif de. **Gestão e Sustentabilidade: Um estudo multicase em ONGs ambientalistas em Minas Gerais**. Orientadores: Prof. Ivan Beck Ckagnazanoff, Prof. Allan Claudius Queiroz Barbosa. Belo Horizonte. 2006. 157 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Centro de Pós – Graduação e Pesquisa em Administração, 2006.

CASTRO, Josué de. **Geografia da Fome**. Rio de Janeiro: Antares, 1980.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. da. **Metodologia científica**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 6 ed. 2007.

DIAS, Reinaldo. **Sociologia das Organizações**. Ed. Atlas. 2ª ed. 2012

DIEHL, A. A.; TATIM, D. C. **Pesquisas em ciências sociais aplicadas: Métodos e Técnicas**. São Paulo: Pearson, PTENTICE RALL, 2004.

FAO. **Ações do Brasil para sair do mapa da fome devem ser aplicadas a populações mais vulneráveis**. 19/11/2015. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/fao-acoes-do-brasil-para-sair-do-mapa-da-fome-devem-ser-aplicadas-a-populacoes-mais-vulneraveis/>>. Acessado em: 03/05/2016.

FERNANDES, Ruben César. In. ROHRIG, Christine (Coord.). **3º Setor: Desenvolvimento Social Sustentado**. Rio de Janeiro, 2 ed. 2000, p 25-33.

FERNANDES, Ruben César. **Privado porém público: O terceiro setor na América Latina**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **7,2 Milhões de pessoas passam fome no Brasil. 18/12/2014**. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/brasil/3829144/72-milhoes-de-pessoas-passam-fome-no-brasil-mostra-ibge>>. Acessado em: 20/04/2016.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. **As Fundações Privadas e Associações Sem Fins Lucrativos no Brasil**, 2002. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/acaosocial/article0045.html?id\\_article=43](http://www.ipea.gov.br/acaosocial/article0045.html?id_article=43)>. Acessado em: 09.04.2016.

MACEDO, Dione Chaves de, TEIXEIRA, Estelamar Maria Borges, JERÔNIMO, Marlene, Barbosa, Ozeni Amorim, Oliveira, Maria Rira Marques de. A Construção da Política de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil. **Revista SimbioLogias**, v. 2, n. 1. Maio. 2009.

MALUF, Renato S.; Francisco e Valente, Flávio L. Contribuição ao Tema da Segurança Alimentar no Brasil. **Revista Cadernos de Debate**. v. IV, p. 4, 1996.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME – MDS. Disponível em: <<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/portal/>>. Acessado em 20/04/2016.

NASCIMENTO, Renato Carvalheira do, A fome como uma questão social nas políticas públicas brasileiras. **Revista IDEAS Interfaces de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade**. v. 3, n 2, p. 197-222, 2009

OLIVEIRA, Sidney Benedito de. **Ação Social e Terceiro Setor no Brasil**. Tese de mestrado em Economia Política. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo. 2005.

PORTAL BRASIL. **Fome cai 82% no Brasil, destaca relatório da ONU**. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/05/fome-cai-82-no-brasil-destaca-relatorio-da-onu>>. Acessado em: 03/05/2016.

PORTO, Silvio Isopo. Impactos do Programa de Aquisição de Alimentos no campo produtivo e social. **SEMINÁRIO NACIONAL MESA BRASIL SESC**. p. 120-127, Rio de Janeiro, RJ. 2010.

SESC. *20 anos Mesa Brasil: combate à fome e à obesidade. Publicado: 17/12/2014 19:44 BRST Atualizado: 16/02/2015 07:12 BRT.* <[www.brasilpost.com.br/.../20-anos-mesa-brasil-comba\\_b\\_6341508.html](http://www.brasilpost.com.br/.../20-anos-mesa-brasil-comba_b_6341508.html)>. Acessado em: 03 de maio de 2016.

SILVEIRA, D. T.; CÓRDOVA, F. P.. A pesquisa científica. In. GRHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (Org. (as)). **Métodos de pesquisa**. 1. Ed. Porto Alegre: UFRGS, 2009 p. 31-63.

SOUSA SANTOS. **A Reinvenção solidária e participativa do Estado**. Coimbra: Oficina do CES n° 134, 1999

TAVARES, M. **Estatística Aplicada à Administração**. Curso de Administração. Universidade Aberta do Piauí. Teresina, PI, 2007. Disponível em <[http://www.uapi.ufpi.br/conteudo/disciplinas/estatistica/download/Estatistica\\_completo\\_revisado.pdf](http://www.uapi.ufpi.br/conteudo/disciplinas/estatistica/download/Estatistica_completo_revisado.pdf)>. Acesso em: 09 de maio 2016.

TORO, José Bernardo. 3º Setor Desenvolvimento Social Sustentado. O Papel do Terceiro Setor em Sociedades de Baixa Participação. In. ROHRIG, Christine (Coord.). **3º Setor: Desenvolvimento Social Sustentado**. Rio de Janeiro. 2 ed.. 2000.

UTSUMI, Igor; RIBEIRO, Aline. 795 Milhões de pessoas passam fome hoje – mas o mundo já foi pior. **Revista ÉPOCA**, 30 de maio de 2015. Disponível em: <<http://epoca.globo.com/tempo/noticia/2015/05/795-milhoes-de-pessoas-passam-fome-hoje-mas-o-mundo-ja-foi-pior.html>>. Acessado em: 30/04/2016.

## **APENDICES**

---



## APENDICE 1 - QUESTIONÁRIO DA PESQUISA



Universidade Federal de Campina Grande

Centro de Humanidades - CH

Unidade Acadêmica de Administração e Contabilidade - UAAC

Curso: Administração de Empresas

Componente Curricular: Estágio Supervisionado

Aluna: Cilmara de Cássia Lopes Santos

Orientador: Darcon Sousa

Convido-o a participar desta pesquisa que se propõe a analisar o impacto da atuação do Programa Mesa Brasil – SESC nesta cidade. As questões serão dirigidas aos gestores das instituições cadastradas no Programa Mesa Brasil SESC, com o intuito de conhecer o público beneficiado por suas ações.

Como parte que integra o trabalho de conclusão de curso de graduação de Cilmara de Cássia Lopes Santos ([cilmara@hotmai.com](mailto:cilmara@hotmai.com)) que será submetida ao curso de Bacharelado em Administração da Universidade Federal de Campina Grande em cumprimento parcial das exigências para obtenção do título de Bacharel em Administração.

Por se tratar de pesquisa acadêmica, as informações coletadas através de questionário serão de uso confidencial e restrito, dar-se-ão de maneira consolidada, para preservar a identidade dos respondentes. Peço que respondam as questões abaixo descritas conforme a sua realidade e desde já agradeço a colaboração.

## APENDICE 2 - QUESTIONÁRIO

1. Nome da Instituição:
2. Atua desde:
3. Fale um pouco sobre sua instituição:
4. Quais os pontos fortes de sua instituição?
5. Quais são as maiores dificuldades enfrentadas pela sua instituição?
6. Vocês desenvolvem algum tipo de trabalho artístico, manual, ou em outro segmento?
7. Qual a área que enfrenta maior dificuldade? Justifique
8. Qual a importância do Mesa Brasil para sua instituição e para os associados?
9. Você teria interesse em compartilhar informações com outras instituições com o objetivo de se fortalecerem através da troca de experiências?

### APENDICE 3 - QUESTIONÁRIO DA PESQUISA E FIGURAS.

Quadro: 4 - Levantamento realizado junto aos agricultores participantes do PAA.

Identificação	Área Total (Ha)	Quantos Trabalharam	Área com Fruticultura	Intervenções Planejadas	Água, Insumos
Agricultor 01 S. D.	2,50	02	92 %	A cultura da banana é predominante mesmo apresentando alto custo na manutenção. O produtor revela a vontade de investir na produção de limão.	A água é suficiente para o consumo da família. Com relação a insumos, o esterco é adquirido anualmente.
Agricultor 02 P. C.	2,00	02	90 %	Há grande diversidade na produção, isto proporciona segurança financeira para a família. Pretende-se encontrar alternativas para controlar pragas dos citros.	A área com reservatórios hídricos corresponde a 2 % da área total do imóvel. Existe uma cacimba que abastece a família.
Agricultor 03 B. S.	1,00	05	60 %	Observa-se a plantação de goiaba, de hortaliças, como também, a criação de pequenos animais. Existe a necessidade de diminuir os custos de produção, para isto a família deverá aproveitar insumos dentro da propriedade, transformando em adubo através da compostagem.	A água utilizada é proveniente de poço construído na propriedade.
Agricultor 04 J. C.	2,00	02	80 %	O agricultor pretende melhorar as condições das cercas e também trabalhar o manejo do solo contra a erosão.	A propriedade possui cisterna e cacimba, sendo suficiente para atender suas demandas.

(continua...)

(...continuação)

<b>Identificação</b>	<b>Área Total (Ha)</b>	<b>Quantos Trabalh am</b>	<b>Área com Fruticultu ra</b>	<b>Intervenções Planejadas</b>	<b>Água, Insumos</b>
Agricultor 05 J. D.	3,00	03	75 %	Existe uma predominância de frutas, como banana, laranja e limão, também se dedicam a criação de bovinos e ovinos. A família pretende diversificar sua produção buscando eficiência na irrigação.	Existe uma fonte intermitente dentro da unidade que abastece a família e também é suficiente para a irrigação.
Agricultor 06 G. S.	7,00	01	30 %	Apresenta boa distribuição das atividades planejadas além de aproveitar seus recursos. Há o planejamento para diversificar ainda mais a produção.	A fonte é suficiente para atender as necessidades da unidade.
Agricultor 07 F. F.	2,50	01	80 %	Pretende-se construir uma cisterna; assim como construir barramento para conter a erosão.	Os insumos são adquiridos na sede do município. Dispõe apenas de uma cisterna sendo insuficiente para a família.
Agricultor 08 M. C.	28	02	39,29 %	Pretende-se evitar pragas através do controle, como também construir uma cisterna.	A água é suficiente para o consumo da família, dos animais e para as plantações.

(continua...)

(...Continuação do quadro envolvendo outros aspectos)

<b>Identificação</b>	<b>Aspectos observados durante a visita</b>	<b>Parecer da Emater - Pb</b>	<b>Produtos (Mercado/ Produção)</b>
Agricultor 01 S. D.	O cultivo da banana representa 72 % da área total do imóvel. Existem várias fontes de água que permitem irrigação.	A diversificação de culturas foi sugerida visando garantir renda durante o ano inteiro.	Caju, laranja e banana

(continua...)

(...continuação)

Agricultor 02 P. C.	Área que possui declive acentuado, provocando um efeito chamado de carreamento dos sedimentos que prejudica a fertilidade do solo e conseqüentemente a produção.	Exige-se a atenção no manejo do solo por apresentar área de topografia acentuada. Devem-se evitar danos com a erosão. Utiliza palhas de bananeiras e capim sobre o solo como uma das formas de preservá-lo.	Avicultura, castanha de caju, laranja, banana, frutas tropicais
Agricultor 03 B. S.	A família consegue aproveitar o solo de maneira interessante, principalmente por cultivar hortaliças que proporcionam renda e ainda enriquece a alimentação de todos.	Apresenta área reduzida e íngreme, porém é muito bem aproveitada pela família na produção de hortaliças folhosas, temperos e medicinais. Pretende-se utilizar biofertilizantes e compostagem.	Cenoura, beterraba, pimentão e hortaliças folhosas.
Agricultor 04 J. C.	Área com declives, apresentando produção de banana, laranja, mandioca, além de outras frutas e lavouras (pequenas quantidades) proporcionando diversidade.	A propriedade apresenta declive acentuado e possui grande diversidade de lavouras e criações, o que contribui para diminuição do impacto ambiental. Existe ainda alguns pontos de alto risco, podendo comprometer as fontes de água por assoreamento.	Ovinocultura, macaxeira, laranja e banana.
Agricultor 05 J. D.	Há uma grande diversidade de lavouras, desde o cultivo de frutas até a criação de animais. Identificou-se também a limitação com relação ao acesso à propriedade.	A unidade possui culturas diversificadas e também a criação de animais. As fontes de água possibilitam o cultivo irrigado. A utilização de matéria orgânica será capaz de melhorar as condições de fertilidade do solo.	Castanha de caju, limão e banana.
Agricultor 06 G. S.	Grande diversidade de atividades e espécies de plantas	Há boa distribuição e planejamento das atividades dentro da unidade e utiliza os recursos de forma correta. A família pretende diversificar mais a produção.	Jaca, milho, macaxeira, banana e laranja.

(continua..)

(...continuação)

Agricultor F. F.	07	Área íngreme explorada com citros e bananeiras.	O terreno é bastante acidentado dificultando sua exploração. A família deverá aplicar métodos de conservação do solo, além da construção da cisterna.	Banana, laranja e limão.
Agricultor M. C.	08	Área com declive e toda ocupada por plantações.	A família deve construir um reservatório para água. Tratar da recuperação do solo.	Banana, laranja, limão.

Fonte: EMATER

Acervo Fotográfico dos Agricultores da Associação Chã de Barra.

			
Figura 3 -Visita aos agricultores da Assoc. Chã de Barra		Figura 4 - Visita aos agricultores da Assoc. Chã de Barra	
			
Figura 5 - Visita aos agricultores da Assoc. Chã de Barra		Figura 6 - Visita aos agricultores da Assoc. Chã de Barra	
			
Figura 7 - Associação Chã de Barra		Figura 8 -Cisterna fotografada durante a visita aos agricultores da Assoc. Chã de Barra	



Figura 9 – Recebimento dos produtos da Comunidade Negra do Camará – ACONCA



Figura 10 – Recebimento dos produtos da Comunidade Negra do Camará – ACONCA

Acervo Fotográfico das Ações do PMBS – CG



À Figura 11 – Laranja proveniente do PAA



Figura 12 – Galpão da EMPASA



Figura 13 - Reunião com os gestores das Instituições



Figura 14 - Oficina (Geração de Renda)



Figura 15 - Fidelização de doadores



Figura 16 - Oficina (Geração de renda)



Figura 17 - Visita aos doadores da EMPASA



Figura 18 - Galpão da EMPASA



Figura 19 - Oficina de Aproveitamento Integral dos Alimentos



Figura 20 - Visita aos doadores da Empresa



Figura 21 - Palestra de Nutrição



Figura 22 - Reunião do Projeto Redes





Figura 23 – Abertura do IV Seminário Mesa Brasil SESC em agosto de 2015 (Socorro Amorim) Coord. do Programa Mesa Brasil em Campina Grande – PB.



Figura 24 – Seminário Mesa Brasil – CG



Figura 25 – Equipe Mesa Brasil



Figura 26 – SESC Centro em Campina Grande – PB



Figura 27 – Mesa Brasil



Figura 28 – SESC

## APENDICE 4 – Lista de documentos necessários para se inserir no Programa de Aquisição de Alimentos – PAA:

TÍTULO 30 – COMPRA COM DOAÇÃO SIMULTÂNEA – CDS Documento 13 – Lista de Verificação de Documentos	(*)
COMUNICADO CONAB/MOC N.º 019, DE 01/09/2014	

### LISTA DE DOCUMENTOS DE APRESENTAÇÃO OBRIGATÓRIA

1. FASE DE HABILITAÇÃO	Sim	Não
Comprovante de Transmissão do PAA/Net		
Proposta de Participação, impressa, datada e assinada pelo representante da Organização Fomecedora, conforme Documento 1 do Título 30 do MOC		
DAP Jurídica		
DAP Física e Extrato das DAPs emitido até 30 (trinta) dias antes da assinatura da Proposta de Participação		
Estatuto e Ata de Eleição e da Posse da atual diretoria da Organização Fomecedora (cópia autenticada)		
Cópia da Ata ou Memória de Reunião contendo ciência da proposta apresentada pela instância de Controle Social, conforme Documento 11 do Título 30 do MOC		
Formulário Bipartite entre a Organização Fomecedora e o representante do Poder Público Municipal ou do Distrito Federal, conforme Documento 2 do Título 30 do MOC		
Termo de Compromisso da Unidade Recebedora, conforme Documento 3 do Título 30 do MOC		
Declaração de Aplicação de Recursos, conforme Documento 4 do Título 30 do MOC, se for o caso		
Termo de Compromisso do Beneficiário Fomecedor, conforme Documento 5 do Título 30 do MOC		
Comprovante de inscrição e da Situação Cadastral de CNPJ		
Cópia autenticada RG dos dirigentes da Organização Fomecedora		
Cópia autenticada do CPF dos dirigentes da Organização Fomecedora		
Comprovante de entrega dos documentos via protocolo		

2. FASE DE CONTRATAÇÃO	Sim	Não
Proposta de Participação impressa, devidamente datada e assinada pelos representantes da organização fomecedora e da(s) unidade(s) recebedora(s), após aprovação da Suneg, conforme modelo no Documento 1 deste Título		
Certidão Negativa do INSS		
Certidão Negativa do FGTS		
Certidão Negativa da Dívida Ativa da União		
Certidão Negativa de Dívida Trabalhista		
Certidão Negativa da Receita Federal		
Comprovante do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)		